



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# FLUP 50

Transformar o futuro sem esquecer o passado









FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# FLUP 50

Transformar o futuro sem esquecer o passado

Porto  
2011

**Ficha Técnica**

Título: ***FLUP 50. Transformar o futuro sem esquecer o passado***

Organização: **Direção da FLUP**

Edição: **Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

© Copyright 2011 – Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Autores

Execução Gráfica: **Involgar / Artes Gráficas, Lda.**

Tiragem: **500 exemplares**

Depósito Legal: **337692/11**

ISBN: 978-972-8932-90-9

Ano: **dezembro de 2011**

## SUMÁRIO

TRANSFORMAR O FUTURO SEM ESQUECER O PASSADO Maria de Fátima Marinho, Diretora da FLUP	9
I. A FLUP E A SUA HISTÓRIA	
1. Os 50 anos da Faculdade de Letras: passado e presente Armando Luís Carvalho Homem	13
2. Até aos departamentos	
2.1. Departamento de Ciências e Técnicas do Património Manuel Joaquim Moreira da Rocha	23
2.2. Anglo-American Studies in the University of Porto 1972-2011 Belinda Maia	29
2.3. Estudos Germanísticos no Porto John Greenfield	31
2.4. Da Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto Luís de Araújo	34
2.5. Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação Fernanda Ribeiro e Maria Elisa Cerveira	37
2.5.1. Das Ciências Documentais à Ciência da Informação: o meu testemunho José Marques	44
2.5.2. O Curso de Ciências da Comunicação na U.P. Eugénio dos Santos	50
2.6. Departamento de Geografia: génese e consolidação Helder Marques	54

## II. ERA UMA VEZ...

1. Elogio da “inutilidade” (*por altura dos cinquenta anos desta Senhora rebelde, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto*)  
João Teixeira Lopes 59
2. Do *coq au vin* ao *bacalhau com todos* – ser estudante universitária  
entre maio de 68 e abril de 74  
Isabel Pires de Lima 62
3. A *Casa das Taipas* e a génese das Germânicas  
José Luís de Araújo Lima 65
4. Herança Partilhada  
Teresa Soeiro, Lúcia Rosas e Mário Barroca 70

## TRANSFORMAR O FUTURO SEM ESQUECER O PASSADO

Maria de Fátima Marinho  
Diretora da FLUP

António Lobo Antunes, quando escreve que «se não fossem os relógios não envelheceríamos nunca» (*Que cavalos são aqueles que fazem sombra no mar?*, p.155), parece dar conta do fascínio que a ideia da permanência e da imutabilidade pode exercer no indivíduo, mesmo se, como muito bem recorda Eça de Queirós no conto *A Perfeição*, é o caráter efémero e a certeza da mudança que torna Penélope muito mais interessante do que a deusa, cristalizada numa eternidade tão apaziguadora quanto irritante.

Cinquenta anos volvidos depois do decreto que aprova a sua reabertura, a Faculdade de Letras situa-se no instável equilíbrio entre o aparente desejo de uma continuidade fictícia e a atração do desconhecido que recusa a paragem dos relógios e aposta no dinamismo e na coragem de ousar enfrentar uma realidade diferente, que não pode nem deve ignorar. Sem esquecer os saberes tradicionalmente a ela associados e que a tornaram numa escola de referência, a FLUP, legitimada por décadas de investigação de excelência e de ensino de qualidade, sente-se agora apta para enveredar por outros caminhos, abrindo-se à sociedade civil e investindo na certificação externa das suas competências.

Numa época de descredibilização de áreas aparentemente menos rentáveis, a FLUP soube e saberá afirmar-se, atraindo novos públicos, com a oferta de formações alternativas, voltadas para experiências em contextos reais de trabalho, aliadas a formações estruturantes da capacidade de pensar e refletir, indispensáveis para o acesso a lugares de chefia, mesmo se em universos supostamente mais afastados da sua tradicional esfera de influência.

A intervenção no tecido empresarial, na educação e/ou no meio artístico (seja ele o das artes plásticas, o da literatura ou o das artes performativas) deverá ser um objetivo prioritário. Domínios tão importantes como os das ciências da informação e da comunicação, da sociologia, da geografia e planeamento do território, da história, filosofia, arqueologia, história da arte, literatura, cultura ou linguística não podem temer um futuro hipoteticamente hostil. A cultura do lucro imediato só será realmente eficaz se assentar na cultura do saber, mediatizada pela conjugação inevitável do conhecimento do passado, da lucidez de análise do presente e da coragem de desafiar o futuro. Cabe-nos demonstrá-lo.

Os textos que se seguem, forçosamente diferentes, às vezes repetitivos, outras lacunares, incluindo a vivência de alguns dos mais antigos docentes e estudantes, não são um todo homogéneo e é em vão que tentaremos organizá-los de modo coerente. A par de evocações objetivas da génese das diversas áreas lecionadas na FLUP, encontramos textos que conjugam a faceta historicista com a marca pessoal de uma vivência única, que se perderá se não for recuperada em publicações deste género. Não quisemos repetir nove vezes a história de cada departamento ou área científica como não quisemos apresentar apenas recordações, depoimentos, testemunhos de quem por cá passou, continuou e continua. A disparidade

torna a publicação mais interessante, as ruturas, que as opções tomadas proporcionam, desafiam o leitor a construir o seu próprio texto, seja ele o da memória recuperada ou o da descoberta fascinante.

Assisti a todas as mudanças que transformaram os antigos cursos nos novos ciclos de estudo de 1º, 2º e 3º ciclos; assisti, em fevereiro de 1977, à mudança para o nº 1055 da R. do Campo Alegre, mudança caseira, tendo eu, jovem assistente, transportado tal como outros docentes, mesas, cadeiras e livros; assisti, em 1995, à mudança para o atual edifício; assisti à criação dos departamentos, que substituíram as antigas secções; assisti a mudanças radicais de organização universitária; assisti à importância crescente do espanhol, ombreando com o português e o francês, tradicionais matérias de ensino das antigas Românicas; assisti ao nascimento dos cursos de português língua estrangeira e ao impacto que hoje têm na Faculdade; mas assisti também ao nascimento de outras áreas, só recentemente desenvolvidas, e à transformação positiva que a FLUP tem tido nos últimos anos.

O presente volume não é só o produto de recordações ou a tentativa de registar a memória da instituição, é também a prova irrefutável da vitalidade de uma Faculdade que soube adaptar-se à mudança sem perder os saberes e as competências que lhe granjearam o prestígio que hoje tem. Não sou a docente mais antiga mas sou já uma das mais antigas e os 40 anos que passaram (parece que foi ontem!) ensinaram-me a acreditar nas potencialidades que temos e na capacidade de reinventar o futuro sem esquecer a experiência do passado e os desafios do presente.

## I. A FLUP E A SUA HISTÓRIA



## 1. Os 50 anos da Faculdade de Letras: passado e presente<sup>1</sup>

Armando Luís de Carvalho Homem

No preâmbulo do Decreto-Lei nº 43 864 de 17 de agosto de 1961, que restaurou a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pode ler-se a dado passo, e reproduzindo uma das conclusões da Conferência Universitária de Istambul de 1955, o seguinte:

«(...) a história, as ciências e as humanidades nunca foram consideradas como rivais, mas como solidárias»

(*Diário do Governo* da mesma data, 1ª série, nº 190. Diploma transcrito por Luís de PINA, «Faculdade de Letras do Porto (Breve História)», in *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. 1 [único publicado] (1966), p. 59-172, *maxime* 74-8).

Pelas dezasseis horas e vinte minutos do dia 26 de outubro de 1962 iniciou-se no Salão Nobre do granítico edifício do Largo então chamado da Escola Médica uma cerimónia de que já poucos porventura se lembrarão, pese embora o relevo que ao tempo lhe foi dado pelos órgãos da Comunicação Social escrita da cidade. Tratava-se, di-lo-ei desde já, do primeiro ato formal de abertura das aulas da nossa Faculdade, restaurada em agosto do ano anterior mas só então, empossados os seus primeiros docentes e minimamente instalada em parte do antigo edifício da Faculdade de Medicina, só então, dizia, em condições de funcionar.

Do que foi essa cerimónia deram notícia os jornais do dia seguinte. Valho-me do relato mais pomenorizado, na circunstância, o do *Jornal de Notícias*.

Presidia o Subsecretário de Estado da Educação, Dr. Carlos Eduardo Bastos de Soveral, ele próprio docente da nova Escola, embora temporariamente impedido de exercer por força do seu cargo. Presente, naturalmente, o Reitor da Universidade do Porto, e nos termos da lei Diretor interino da Faculdade de Letras, Doutor Manuel Correia de Barros Júnior, Professor Catedrático de Engenharia Eletrotécnica, mas também leitor atento de S. Tomás de Aquino e espetador assíduo dos concertos da Juventude Musical Portuguesa (bons tempos...). Presente também o Reitor da Universidade de Coimbra, Doutor Guilherme Braga da Cruz, Professor Catedrático da Faculdade de Direito e nome bem conhecido da historiografia jurídica do nosso século. A sua presença revestia-se aliás de um significado muito especial, uma vez que com ela se pretendia explicitamente afirmar uma reconciliação, afirmar que a *Alma Mater* da Universidade Portuguesa nada tinha a opor ao ressurgimento de uma Escola cuja primeira fase, iniciada em 1919, partira precisamente de uma situação de conflito entre o Governo do tempo e a Universidade de Coimbra (sobre o assunto v. por todos Luís de PINA, *Op. Cit.*, p. 66-73; e mais recentemente: Luís A. de Oliveira RAMOS,

---

<sup>1</sup> Agradeço à Profª Helena Mesquita Pina e à Srª D. Maria Adélia Magalhães a colaboração prestada na recolha de diversos elementos respeitantes à História da Faculdade e dos seus docentes.

«Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto» [separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto], Porto, 1983, pp. 245-60; Victor de SÁ, «Notas sobre o ensino da História na 1ª Faculdade de Letras do Porto» in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto]. *História*, II série, III (1986), p. 199-209; e M. Gomes da TORRE, «Dr. Luiz Cardim. Dos liceus para a antiga Faculdade de Letras do Porto», in *Revista da Faculdade de Letras* [da Universidade do Porto]. *Linguas e Literaturas*, II série, IV (1987), p. 279-300). Ora a presença de Braga da Cruz claramente mostrava que tudo isso era passado. E não esqueçamos também que o Ministro da Educação que em 1961 subscrevera o Decreto de restauração da nossa Escola era também um lente de Coimbra e justamente da Faculdade de Letras, o historiador Manuel Lopes de Almeida.

O relato do *Jornal de Notícias* é-nos extremamente útil para avaliarmos das circunstâncias em que a Faculdade renascia. O repórter começa assim por evocar a primeira Faculdade de Letras, a sua breve existência e alguns dos seus vultos mais ilustres. Fala depois da longa campanha pela restauração da Escola, e destaca a esse respeito a ação, a partir dos anos 40, do Reitor Amândio Tavares e do deputado Urgel Horta. Saliencia por último que a nova Faculdade é então, em 1962, uma Faculdade inacabada, reduzida por enquanto às licenciaturas em *História* e em *Filosofia* e ao curso de *Ciências Pedagógicas*. E termina o preâmbulo interrogando-se, discretamente, sobre se não terá sido essa objetiva diminuição a explicar a ausência, durante a cerimónia, de qualquer «evocação válida da vida notável da anterior Escola»; «(...) não se promoveu uma homenagem condigna aos homens ilustres que a frequentaram; como igualmente terão sido olvidados alguns dos que, entretanto, mais contribuíram para o seu ressurgimento».

Então, e só então, o jornalista inicia o relato do que se passou nessa tarde. Começa por apontar as individualidades presentes. Resume a saudação de abertura do Reitor da Universidade. Demora-se circunstanciadamente no conteúdo da lição inaugural do ano letivo, proferida pelo próprio Subsecretário de Estado Carlos Soveral e intitulada «História, Historiografia e Historiologia», texto este que em 1963 seria publicado na revista *Stvdium Generale* e que durante bastantes anos foi trabalho de leitura indispensável aos alunos de *Teoria da História* (Separata, Porto, 1963, col. «Amphitheatrum», nº XIII). Finalmente, o jornalista aponta o número de alunos inscritos nos diferentes cursos: 262 em *Ciências Pedagógicas*; 88 em *História*; e 77 em *Filosofia* (e esclareça-se que de *História* e de *Filosofia* apenas iriam funcionar os respetivos primeiros anos, sendo portanto progressiva a instalação da Faculdade); e termina discriminando a distribuição do serviço docente para o ano letivo de 1962-63.

Detenhamo-nos num dos aspetos do relato jornalístico: o reportório das individualidades presentes na cerimónia. Deixarei obviamente de lado as autoridades civis, militares, eclesiásticas ou marítimas. Centrar-me-ei tão somente nos universitários. Começamos assim por ficar a saber que estavam na sala representantes do Corpo Docente de todas as restantes Escolas da Universidade do Porto; e se alguns o estariam por mera força de cargos como o de Diretor de Faculdade, noutros casos a presença tinha inequivocamente a ver com o interesse que a vida da nova Escola lhes despertava. Falei já da presença

do Reitor; acrescentarei a do Vice-Reitor, Prof. Rodrigo Sarmiento de Beires. Para além destes nomes, os Profs. Arnaldo Madureira, Jayme Rios de Souza, Isidoro Farinas de Almeida, Armando Laroze Rocha e Fernando de Seabra asseguravam a representação das Faculdades de Ciências, Engenharia, Farmácia e Economia. Intencionalmente deixei para o fim («the last but not the least») a Faculdade de Medicina, representada pelo seu Diretor, Prof. António Gonçalves de Azevedo, e por mais dois mestres a que por uma ou outra razão a nova Faculdade muito iria ficar ligada. Caso do Professor Catedrático de *Patologia Cirúrgica* Doutor Fernando Magano, que era um dos membros da Direção do *Centro de Estudos Humanísticos*, organização dependente do Instituto de Alta Cultura e que desde 1947 vinha sendo como que o embrião da Faculdade de Letras (sobre o *Centro de Estudos Humanísticos* e sobre diversas instituições e individualidades ligadas ao restabelecimento da Faculdade de Letras v. por todos António CRUZ, «As bodas de prata da restauração da Faculdade de Letras», in *O Tripeiro*, série nova, ano IV, nº 11-12 (Nov.-Dez. 1985), p. 323-31). E caso, sobretudo, do Professor Catedrático de *Anatomia Patológica* Doutor Amândio Joaquim Tavares, antigo Reitor da Universidade (1945-61) e incansável batalhador pela restauração da nossa Faculdade. Provam-no os relatórios por si lidos nas sessões solenes de abertura dos anos letivos e publicados nos sucessivos números do *Anuário da Universidade do Porto*. E o facto não passaria sem referência nesse dia 26 de outubro. Isto porque, a abrir a sua lição, o Dr. Carlos Soveral se não eximiria a apontar Amândio Tavares como o grande obreiro do empreendimento, «afirmando que graças a este ilustre catedrático e seu antigo reitor, 'a Universidade do Porto é hoje uma Universidade completa!'». Tal referência provocou o que terá sido um dos momentos mais vibrantes da cerimónia. Como escreve o jornalista «calorosas e prolongadas palmas coroaram estas palavras de justiça (...). E tão expressiva foi a manifestação que o Sr. Prof. Dr. Amândio Tavares teve de se levantar do modesto lugar em que se encontrava, para agradecer em atitude também revestida da emoção que o dominava». Assim se prestou homenagem a essa eminente figura da nossa Universidade, a quem eu ainda tive o privilégio de conhecer pessoalmente. Mas não ficavam por aqui as presenças da Faculdade de Medicina; a elas voltarei dentro de instantes.

Entre os presentes o jornalista enumera depois, e naturalmente, os membros do Corpo Docente da nova Escola. Quem constituía então esse primitivo Corpo Docente, que iria, em 1962-63, assegurar o funcionamento dos primeiros anos de *História* e de *Filosofia* e do curso de *Ciências Pedagógicas*? Tendo em conta os dados do relato jornalístico, confrontados com os que nos fornece o *Anuário da Universidade do Porto* para 1962-63, depara-se-nos um «corpus» de 10 individualidades que eu, por deformação investigativa que certamente me relevarão, tratarei segundo o método prosopográfico. Dez individualidades: 6 com a categoria de *encarregado de curso*; mais duas individualidades na categoria de assistente; e, por último, a colaboração, em cadeiras do curso de *Ciências Pedagógicas*, de 2 Professores Catedráticos da Faculdade de Medicina (as tais outras presenças a que há pouco me referia).

Esclarecerei brevemente que a categoria de *encarregado de curso* era algo de transitório, previsto pelo Decreto de agosto de 1961 apenas para os 10 primeiros anos de funcionamento da Faculdade, correspondendo em vencimento à categoria de Professor Extraordinário, mas não podendo os contratados como tal permanecer por mais de 6 anos. O sistema não era novo; fora já aplicado, por exemplo, nos primeiros anos de existência da Faculdade de Economia.

E quem eram então esses 10 primeiros docentes da Faculdade de Letras?

Em *História* tínhamos 4 encarregados de curso: os Drs. António Augusto Ferreira da Cruz, José António Ferreira de Almeida, Carlos Eduardo Bastos de Soveral e Sérgio Augusto da Silva Pinto (e eu já incluo aqui o Dr. Carlos Soveral, dado que em dezembro seguinte cessariam as suas funções no Governo e em janeiro viria ocupar o seu posto na Faculdade, regendo desde então *Teoria da História*). Em *Filosofia* tínhamos os 2 restantes encarregados de curso: o Dr. Eduardo Silvério Abranches de Soveral e o Dr. Luís Ribeiro Soares; a eles se juntavam mais duas pessoas na categoria de assistente, por sinal as primeiras presenças femininas que esta casa teve: as Dr<sup>as</sup> Maria Carmelita Homem de Sousa e Maria Cândida Monteiro Pacheco. Finalmente, e como já referi, a colaboração de 2 professores de Medicina nas *Ciências Pedagógicas*: o Doutor Luís José de Pina Guimarães em *Psicologia* (e este professor, também membro de Direção do *Centro de Estudos Humanísticos*, iria ser, até 1965, o delegado do Reitor junto do Corpo Docente); e o Doutor Júlio Machado de Sousa Vaz, em *Higiene Escolar*.

De onde vinham e por onde tinham passado estes docentes? Aos respetivos «curricula» formulei basicamente três quesitos:

- o ano do nascimento;
- a formação recebida ao nível da licenciatura, incluindo o local e a especialidade;
- e a experiência profissional prévia, nomeadamente quanto à docência universitária anterior noutras Escolas.

A estes quesitos acrescentei os informes apurados quanto à eventual sequência de carreiras, no rumo do doutoramento ou da cátedra. De todas as indagações resultou o quadro que adiante se apresenta.

Começando pelo nível etário, constatamos rapidamente que a imagem que esse primitivo Corpo Docente nos dá é a da maturidade: com efeito, dos 10 professores em causa 7 ultrapassaram já a barreira dos 40 anos e 6 deles a idade de 45; a máxima veterania cabe a Luís de Pina, já na casa dos 60 anos; António Cruz e Júlio Machado Vaz estão na casa dos 50, e Ferreira de Almeida, Sérgio Pinto, Carlos Soveral e Ribeiro Soares na dos 40; na casa dos 30 situa-se isolado Eduardo Soveral; e a maior juventude cabe precisamente às duas presenças femininas, já que tanto Maria Carmelita Homem de Sousa como Maria Cândida Pacheco se localizam na casa dos 20.

Que direi da formação básica destes docentes?

Os 2 professores de Medicina eram obviamente, e à partida, médicos, diplomados pela Universidade do Porto. Os 8 restantes eram, naturalmente, licenciados em Ciências Histórico-Filosóficas por uma das duas Faculdades de Letras preexistentes: de Lisboa eram assim originários Ferreira de Almeida, Ribeiro Soares, Carlos Soveral, Maria Carmelita Homem de Sousa e Maria Cândida Pacheco, enquanto que de Coimbra provinham António Cruz, Eduardo Soveral e Sérgio da Silva Pinto.

Quanto a experiência profissional prévia, temos antes de mais a considerar que 6 dos 10 nomes ostentavam já passagens pela docência universitária. Os 2 professores de Medicina encontravam-se aliás no cume de carreiras longas na respetiva Faculdade, onde Luís de Pina se iniciara em 1927 e Machado Vaz em 1934. Uma longa experiência de Ensino Superior a possuía também Ferreira de Almeida, que desde 1940 era professor contratado da Faculdade de Letras de Lisboa, aí se tendo doutorado em 1953. Na Faculdade de Letras de Lisboa tinham também ensinado, embora não tão longamente, Luís Ribeiro Soares e Eduardo Soveral, tendo este último passado ainda pela carreira diplomática. Finalmente, Carlos Soveral fora leitor de Português nas Universidades de Barcelona e de Santiago de Compostela.

Relativamente a outras experiências profissionais dignas de registo, direi:

- Que António Cruz era Diretor prestigiado da Biblioteca Pública Municipal do Porto e detentor de obra vasta, onde se destacava naturalmente a temática portuense;
- que Sérgio da Silva Pinto era bibliotecário da Faculdade de Economia do Porto e professor da Escola do Magistério Primário de Braga; estivera também ligado à redação da revista *Bracara Augusta* e era autor de diversos trabalhos, com especial incidência no reino dos Suevos (sobre o assunto colaboraria até no *Dicionário de História de Portugal*);
- que Maria Carmelita Homem de Sousa era psicóloga do Instituto Navarro de Paiva;
- e que Maria Cândida Pacheco provinha do Ensino Secundário particular.

A maior parte destes docentes prosseguiria a respetiva carreira até ao topo. Com efeito, quer António Cruz, quer Eduardo Soveral, quer Ferreira de Almeida, quer Maria Cândida Pacheco, quer Maria Carmelita Homem de Sousa todos chegariam a Professores Catedráticos da nossa Faculdade, tendo sido António Cruz o primeiro Diretor efetivo, entre 1970 e 1974. Dos restantes Sérgio da Silva Pinto viria a ser ceifado por uma morte prematura, enquanto que Luís Ribeiro Soares e Carlos Soveral prosseguiriam ulteriormente carreira, durante algum tempo, na Universidade de Lourenço Marques.

<b>Carreira / Docentes</b>	<b>Ano de nascimento</b>	<b>Licenciatura</b>	<b>Docência universitária prévia</b>	<b>Outra experiência profissional prévia</b>	<b>Doutoramento (local, ano)</b>	<b>Cátedra (local, ano)</b>
Ferreira de Almeida	1913	FLUL	FLUL (1940 ss.)		FLUL (1953)	FLUP (1972)
Sérgio Pinto	1915	FLUC		Bibl. Fac. Econ. Porto; Escola Magistério Primário Braga; Redacção «Bracara Augusta»		
António Cruz	1911	FLUC		Diretor da Biblioteca Municipal do Porto (1940 ss.)	FLUP (1964)	FLUP (1969)
Carlos Soveral	1920	FLUL	Barcelona, Santiago de Compostela			
Eduardo Soveral	1927	FLUC	FLUL (1960 ss.)	Ministério dos Negócios Estrangeiros	FLUP (1966)	FLUP (1970)
L. Ribeiro Soares	1914	FLUL	FLUL (1952 ss.)			
Mª Carmelita Homem de Sousa	1934	FLUL		Psicóloga (Instituto Navarro Paiva)	FLUP (1974)	FLUP (1979)
Mª Cândida Pacheco	1935	FLUL		Ensino Secundário Particular (Coimbra)	FLUP (1974)	FLUP (1984)
Luís de Pina	1901	FMUP	FMUP (1927 ss.)		FMUP (1930)	FLUP (1944)
Júlio Machado Vaz	1909	FMUP	FMUP (1934 ss.)		FMUP (1940)	FLUP (1960)

O que me parece assim óbvio é que no recrutamento do primitivo Corpo Docente terá havido especiais cuidados, no sentido de garantir a contratação de individualidades de proveniências várias e que pelo seu «currículo» prévio dessem garantias de qualidade pedagógica e científica. A este respeito não deixarei sem mais um comentário o recrutamento das Dr<sup>as</sup> Maria Carmelita Homem de Sousa e Maria Cândida Pacheco. Isto na medida em que se tratou das duas primeiras manifestações de uma tendência a ter continuidade futura, a tendência para recrutar alguns dos melhores produtos da Faculdade de Letras de Lisboa dos anos 50, ou seja, de uma fase áurea do respetivo curso de *Ciências Histórico-Filosóficas*. Tal tendência teria continuidade logo nos anos subsequentes, com o recrutamento dos Drs. Luís de Oliveira Ramos, Flório Vasconcelos, Luís Souto Gonçalves, Álvaro Penedos, Jorge Henrique Pais da Silva e José Vieira de Carvalho; e voltaria a manifestar-se nos anos 70, com o recrutamento dos Drs. Humberto Baquero Moreno e Orlando Janeiro Romano. Quase todos vieram a ser membros destacados de uma geração que aos departamentos de *História, Filosofia e Psicologia* de diversas Universidades portuguesas e brasileiras daria numerosos vultos eminentes. Para além disto, o elenco poderia ter sido até mais diversificado, se a conjuntura política não tivesse levado o Governo de então a excluir do concurso documental para *encarregados de curso* nomes como os de Joel Serrão, Joaquim Barradas de Carvalho ou João Benard da Costa, isto conforme se pode ler nas páginas 95 e 97 do *Anuário da Universidade do Porto* referente a 1961-62. De qualquer sorte, o que se pode concluir é que os docentes então recrutados corresponderam plenamente às expectativas que neles foram depositadas.

Por outro lado, a Faculdade começava a sua vida recolhendo contributos humanos da maior parte das restantes Escolas da Academia Portuense:

- referi já a ação do Reitor Amândio Tavares na restauração da casa;
- os interesses humanísticos do Reitor Correia de Barros que, conforme também disse, era o Diretor interino;
- a colaboração nas *Pedagógicas* de 2 professores de Medicina, um dos quais iria ser o delegado do Reitor;
- e a anterior condição de Bibliotecário da Faculdade de Economia de Sérgio da Silva Pinto.

Acrescentarei:

- que a Bibliotecária Dr<sup>a</sup> Celeste Paradela provinha da Biblioteca da Faculdade de Engenharia;
- e que os funcionários Srs. José Pinto e José da Costa Ferreira transitavam dos quadros das Faculdades de Ciências e de Medicina, respetivamente.

Medicina, Ciências, Engenharia, Economia: quatro Escolas preexistentes que com a nova Faculdade cooperavam ou lhe cediam quadros. Se a isto acrescentarmos o já referido recrutamento de diplomados distintos pelas Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa, penso que não serei excessivamente voluntarista se concluir que a nossa Escola nascia em condições tais que pareciam pretender ser a reafirmação explícita da conclusão da conferência de Istambul de 1955, reproduzida no Decreto de 1961,

e que citei a abrir, acerca da solidariedade, que não da rivalidade, da História, das Ciências, das Humanidades.

Foi assim há 50 anos. Como foi depois?

Por certo terão notado que em 1962 um motivo de inequívoco desapontamento para quantos haviam apostado no ressurgimento da Faculdade - e disso o jornalista se fazia eco - residia na diminuição curricular da Escola face quer à que a precedera, quer às suas congéneres de Coimbra e Lisboa. Ora essa diminuição iria ser quase totalmente solucionada ao longo dos 10 anos subseqüentes. Assim, e enquanto os Cursos 'fundadores' de *História* e *Filosofia* iam entrar em funcionamento os sucessivos anos curriculares, até ao 5.º e à produção de licenciados, ia também surgindo a maior parte das outras licenciaturas que compunham o quadro das Faculdades de Letras nos anos 50 e 60:

- A *Filologia Românica* em 1969; e ao seu arranque ficou ligado o nome da Profª Maria de Lurdes Belchior, que nesta casa ascendeu à categoria de Professora Catedrática, sendo a primeira figura feminina a consegui-lo;
- em 1972 a *Filologia Germânica* (pela mão da Profª Maria Manuela Campos e do Dr. António Franco) e a *Geografia* (pela mão da Drª Rosa Fernanda Moreira da Silva).

Ou seja, em 10 anos a Escola ficou, quanto ao elenco das licenciaturas professadas, praticamente equiparada às suas congéneres. E era precisamente em 1972 que, com um Corpo Discente já na casa dos milhares, a jovem Faculdade se convertia na mais populosa de todas as da Universidade portuense.

Voltando ao enriquecimento curricular destacaria ainda, mais próximo de nós, já nos anos 80, a criação da licenciatura em *Sociologia* (ao respetivo arranque ficando ligado o nome do Prof. Teixeira Fernandes), da pós-graduação em *Ciências Documentais* (pela mão do Prof. José Marques) e dos mestrados vários em *Literaturas Românicas*, *Linguística*, *Filosofia* e *História*; sem esquecer por último, e a partir de 1978, a diversificação das combinatórias em *Linguas* e *Literaturas Modernas* e a criação das variantes de *Arqueologia* e de *História da Arte* no Curso de *História*.

Aumento de cursos, aumento de discentes em conjunturas várias de crescimento acelerado da população estudantil, o qual foi uma constante nos anos 60 e parte dos 70. Necessariamente, embora não concomitantemente, aumento (e rejuvenescimento) dos docentes: dos simples 10 de 1962-63 passou-se para os cerca de 174 da atualidade, entre os quais 141 ostentando o grau de doutor e 24 na situação de *Professor Catedrático*. Crescimento pois do Corpo Docente, quantitativa e qualitativamente, mercê de uma política, acelerada nos últimos anos, de dinamização da obtenção dos graus académicos superiores.

Não respondendo, talvez, diretamente à questão, direi que desde muito cedo os estudantes formados por esta casa se começaram a impor no mercado de trabalho que *era* o Ensino Secundário. Até meados dos anos 70 aquilo a que hoje se dá o nome de profissionalização, e que nesse tempo dava pelo nome de Estágio Pedagógico, era coroado por uma prova temível denominada Exame de Estado. Ora, já nos

alvores dessa mesma década de 70, os nossos licenciados não raro obtiveram em tal exame as primeiras classificações à escala nacional, provocando o natural júbilo do Diretor de então, Prof. António Cruz.

Quem em 1962 poderia imaginar que uma década decorrida os diplomados pela casa teriam já alcançado tal estatuto? E quem em 1962 poderia imaginar que meio século mais tarde o Corpo Docente, para lá da referida dimensão numérica, contaria com um tal elenco de individualidades, cotadas dentro e fora de fronteiras nas áreas científicas que seriam as suas? Numa palavra, quem poderia imaginar que com tal rapidez e tão aparente facilidade esta Escola se colocaria a par das suas congéneres?

Aqueles que me estão a ler poderão por certo pensar que eu estou traçando um quadro *idílico* da vida desta casa. Ora é evidente que as coisas não foram assim tão fáceis. Se algum dia alguém se decidir a escrever as «Memórias» da instituição por certo muito se aprenderá acerca da vida da Escola, nesses anos 60 e princípios de 70, acerca das titânicas lutas que, na Universidade, na cidade, na região Norte ou na Universidade portuguesa tiveram que ser travadas para que a Faculdade pudesse efetivamente ocupar o lugar que hoje é, e de há muito, o seu.

Porque dentro do «drama» da Faculdade - e entendendo aqui «drama» exatamente como Carlos Soveral na sua lição de há 50 anos, «no preciso e radical sentido de ação, movimento coletivo, discurso no tempo, dialéctica temporal» - dentro do «drama» da Faculdade, dizia eu, muitos pequenos e grandes 'dramas' se foram desenrolando; e alguns haverá, ainda que brevemente, que ter em conta.

O 'drama' das instalações, por exemplo. O modo como uma Escola a que tinha sido destinado o antigo edifício da Faculdade de Medicina acabou afinal por se ver limitada ao piso 11 do mesmo edifício, partilhando o resto do espaço com as Faculdades de Ciências e de Engenharia, e mais pontualmente com Economia e Belas-Artes, e ainda com as sedes do Orfeão Universitário e do Teatro Universitário e com uma cantina... tudo isso seria LONGO de contar. Mas não era apenas, naquela casa do Largo da Escola Médica, um problema de espaço físico: era também um problema de *ambiente*. Isto dado que a vizinhança conjugada da referida cantina e das cavalariças do contíguo quartel da Guarda Nacional Republicana provocava não raro uma poluição atmosférica de níveis por certo muito superiores aos tolerados pela União Europeia, a que hoje pertencemos. 'Drama' de instalações que, face à plétora de cursos e de alunos, levaria, a partir de 1972, a uma dispersão, colocando a Escola pela cidade em várias casas repartida: foi assim que o Curso de *Filosofia* se deslocou para o Palacete Burmester; o Curso de *Filologia Germânica* para o edifício da Rua das Taipas; e o Curso de *História* para o antigo Seminário de Vilar. Em 1977 seria o reagrupamento na R. do Campo Alegre e, em 1995, a mudança para o presente edifício.

O 'drama' dos orçamentos, por outro lado. Nunca esta Faculdade conheceu um regime de instalação como o que viriam a ter as novas Universidades nascidas na década de 70.

O 'drama' das condições de trabalho de muitos dos elementos do Corpo Docente, não raro forçados a dar aulas em salas superlotadas, a ter de corrigir por ano centenas e centenas de provas, por vezes com

várias regências simultâneas, por vezes, também, mudando de cadeira de ano para ano... e ao mesmo tempo tendo que progredir na respetiva investigação, no rumo das provas curricularmente obrigatórias.

Os 'dramas', grandes e pequenos, dos anos que precederam a mudança de regime e dos que imediatamente se lhe sucederam.

Há 50 anos uma Escola procurava tão somente *ser*. Ao longo deste meio século uma Escola *foi-o* sendo, maugrado todas as vicissitudes.

Do que procurou *ser* e do que *foi sendo* lhes tentei eu, tão brevemente quanto possível, dar notícia. A Faculdade de Letras da Universidade do Porto efetivamente *tem-no sido*, por força da vontade de quantos aqui estudam, ensinam, investigam, trabalham. Ouso afirmar que por virtude do mesmo pressuposto a Faculdade o *continuará a ser*.

Se do que a Faculdade quis *ser* e do que *foi sendo* eu algo lhes disse, já do que possa vir a *ser* nada direi. Limitar-me-ei a fazer minhas palavras do Universitário exemplar e Homem de todos os tempos que foi Vitorino Nemésio. Assim, sobre o que a Faculdade de Letras possa vir a *ser* «- Diremos amanhã... - Pois quem pode afirmar que isto não continua?» (Vitorino NEMÉSIO, «Última Lição» in *Vitorino Nemésio. Estudo e antologia*, ed. Maria Margarida Maia GOUVEIA, Lisboa, 1986, p. 450).

## 2. Até aos departamentos

### 2.1. Departamento de Ciências e Técnicas do Património

Manuel Joaquim Moreira da Rocha

#### Notas Históricas

Extinta a primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto em final dos anos vinte do século passado, o meio académico portuense foi amputado de conhecimento no domínio das Ciências Humanas. Para colmatar esse vazio universitário, nasceu o Centro de Estudos Humanísticos, *forum* onde se congregavam professores da extinta Faculdade, para além de outros reputados professores e investigadores da área das Humanidades, alguns dos quais viriam a integrar o corpo docente da Faculdade de Letras, após a sua reabertura no ano de 1961. A intensa atividade daquele Centro de Estudos – que assentava nas áreas da Filosofia, da História, da Literatura, da Arte e da Etnografia (UP-Universidade Digital, *Primeiro de Janeiro* 1947-05-23), apoiada pelo Instituto de Alta Cultura - rapidamente se impôs como uma mais-valia para a cidade do Porto, podendo haver-se, de resto, como referência a nível internacional.

Constituiu-se, assim, a alavanca para a refundação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que, no corrente ano de 2011, comemora o cinquentenário de atividade ininterrupta. Se cinquenta anos é muito tempo, a Faculdade de Letras mantém um espírito verdadeiramente jovem, alicerçado na experiência acumulada e no olhar atento que mantém sobre os desafios da sociedade contemporânea.

Nessa sequência, e como resultado de uma reflexão amadurecida levada a cabo por docentes de áreas distintas e com perfis científico-pedagógicos diversificados, cujo objetivo comum era o de posicionar o contributo das Faculdades de Letras ao nível do desenvolvimento sociocultural do país, surgiu, em 1997, o Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

No *Guia da Departamento* (2000), foram, sinteticamente, registados os pressupostos da reflexão que durante anos norteou esse grupo de docentes: “A sua génese ficou a dever-se a um trabalho coletivo (...). Este esforço implicou uma reflexão profunda sobre os objetivos a atingir face a uma motivação central: o *Património* entendido *lato sensu* nas suas múltiplas facetas”.

O Património, como panaceia mediática dos últimos vinte anos e ainda não entendido, cabalmente, o seu potencial no tempo contemporâneo, encontrou num organismo universitário o embrião para a pesquisa e estudo científico, proteção e valorização, o que, pela sua diversidade e natureza, exige a confluência de métodos e técnicas distintos. Quando o grupo de reflexão deu início aos seus trabalhos, não estavam

ainda publicadas as convenções da UNESCO que incidiram sobre a Património vernáculo construído (1998) nem tão pouco a convenção do Património cultural e imaterial (2003), que suscitam novas abrangências para o alargado campo do Património.

O Departamento de Ciências e Técnicas do Património, então criado através do *Regulamento Interno nº 7/97, publicado no Diário da República. 2ª série, n.º 257*, de 6 de novembro, foi o primeiro organismo desta índole a constituir-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, servindo, em muitos aspetos, de modelo a outras unidades similares surgidas posteriormente.

Com a formação do DCTP e a aprovação do seu Regulamento, foi institucionalizada a criação do Laboratório de Conservação e Restauro (LabCR). Esta unidade deveria desempenhar um papel fundamental no apoio à preparação e qualificação dos estudantes de diferentes licenciaturas e cursos de pós-graduação, ministrados no DCTP, bem como aos programas de investigação em que estivesse envolvido o Departamento. Finalmente, pretendia-se que o LabCR promovesse o desenvolvimento da investigação científica nas áreas da Conservação e Restauro, ainda com pouca expressão no DCTP, mas fundamentais para o estudo, preservação e valorização do Património.

Antecipando os princípios preconizados no processo de Bolonha, já o DCTP apostava na transdisciplinaridade do conhecimento, tendo como base as Ciências do Património. Assim sendo, logo se previu a articulação com outros serviços especializados “muitos deles existentes noutras faculdades, institutos e outros organismos da Universidade do Porto, designadamente nas áreas da Geologia, Química, Metalurgia e outras Ciências dos Materiais, Informática, Gestão, Arquitectura e Belas-Artes”.

Na sua origem, o DCTP contava com quatro Secções: Arqueologia, Ciências Documentais, História da Arte e Museologia. Por uma questão de melhor operacionalidade conducente ao debate científico mais profícuo, as secções foram extintas no ano de 2008.

Até 2006, o DCTP apresentou uma evolução significativa, com a implementação de três Licenciaturas: Arqueologia e História da Arte (com os primeiros licenciados em 2003), e Ciência da Informação (organizada em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto); Pós-graduações em Museologia, Recursos Patrimoniais e Dinâmicas de Bens Culturais; Mestrados em Arqueologia, Arqueologia Pré-histórica e História da Arte em Portugal; Doutoramentos em Arqueologia, Ciências Documentais, História da Arte Portuguesa e Museologia.

Como resultado da dinâmica interna característica do DCTP, a secção de Ciências Documentais viria pouco tempo depois a distinguir-se do restante corpo, apresentando-se atualmente integrada no mais recente departamento da Faculdade de Letras - Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação.

Do desenho esboçado de cursos patentes no primeiro Regulamento do DCTP, apenas a área de Antropologia não foi concretizada.

Fruto do processo de Bolonha, da adoção do modelo de Fundação para a Universidade do Porto e do novo conceito de unidades orgânicas, foi necessário promover uma nova organização dos princípios estatutários e proceder à consequente revisão e adequação do Regulamento do DCTP. No preâmbulo deste *Regulamento* (2009), e enquanto competências internas, pode ler-se: "competete promover a investigação científica, o estudo e ensino universitário, desenvolvendo cursos de 1º, 2º, e 3º Ciclos, conferentes dos graus de licenciatura, mestrado e doutoramento, a par de cursos de especialização e de formação contínua, organizar e/ou colaborar em projetos e programas científicos e culturais, assim como promover a prestação de serviços à comunidade nas áreas da sua especialidade, nomeadamente, Arqueologia, História da Arte e Museologia".

A atual oferta formativa conferente de grau é a seguinte:

1º Ciclo – Licenciatura: Arqueologia; História da Arte

2º Ciclo – Mestrado: Arqueologia; História da Arte Portuguesa; Museologia

3º Ciclo Doutoramento: Arqueologia; História da Arte Portuguesa; Museologia

### **Alguns dados quantitativos**

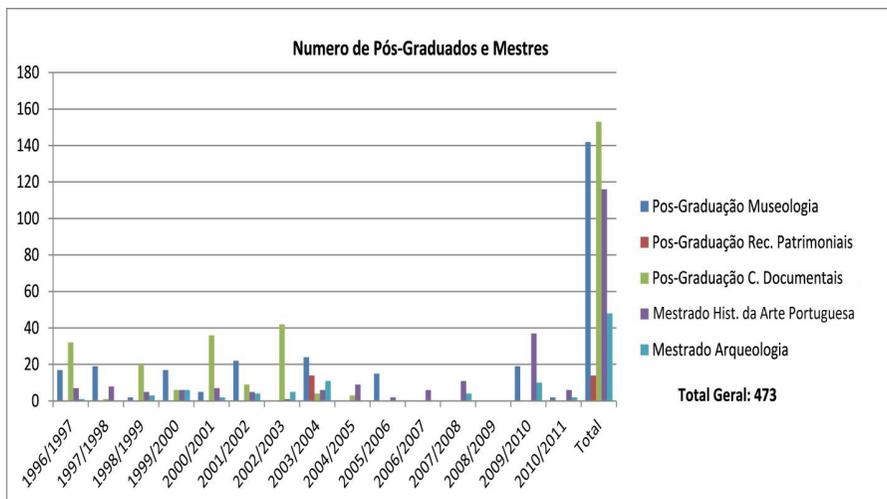
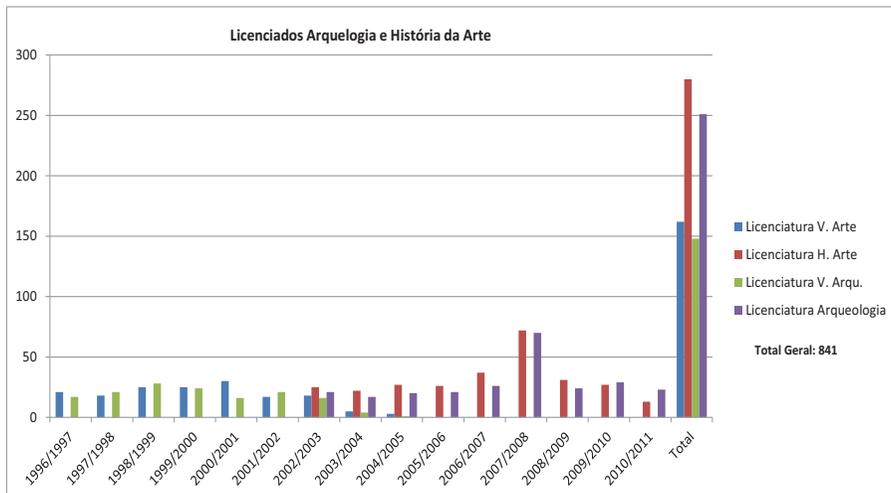
Sem perder o norte que fundamenta o Saber Universitário, e baseado numa aposta científica e técnica, o DCTP tem vindo a preparar profissionais com competências sólidas para responder aos desafios formativos de quadros nas mais variadas instituições – públicas e privadas – que utilizam, gerem, promovem e estudam o Património Português, fazendo dele um produto cultural com potencialidades de concorrer para a afirmação das identidades portuguesas (locais, regionais, nacional) na escala mundial. No norte e centro de Portugal, também pela ação do DCTP, a Faculdade de Letras tornou-se uma referência operativa no "terreno".

Ao nível da licenciatura, entre 1997-2011, foram formados 841 profissionais. Segundo dados de 2008, 80% dos licenciados nestas áreas encontravam-se a desempenhar funções no campo específico da sua formação.

Neste mesmo período temporal, cerca de 50% dos licenciados especializaram o seu conhecimento base, avançando para cursos de Pós-Graduação e para Mestrados. A procura de qualificação profissional mais avançada é um ótimo aferidor da excelência formativa ministrada no DCTP e da eficaz resposta que encontram na Faculdade de Letras para aquisição de competências, podendo desempenhar as profissões de forma mais segura e diferenciadora.

Primando pela qualidade que assenta no binómio conhecimento-experiência, e nas diferentes áreas patrimoniais formativas do DCTP, muitos quadros de instituições culturais da área de influência da Universidade do Porto são ocupados por profissionais aqui formados, ou com formação complementar

aqui adquirida. Câmaras Municipais, Museus, Gabinetes Técnicos, Gabinetes de Turismo, Bibliotecas, Casas de Cultura são exemplos de locais onde se podem encontrar esses profissionais.



Não destacar os concursos públicos conquistados por alunos do DCTP para projetos de pesquisa seria olvidar o campo sólido em que se fundamenta a transmissão de conhecimentos pelo corpo docente e que é partilhado com os alunos em projetos de prestação de serviços, assumidos a título individual por docentes do DCTP, ou inseridos em projetos mais ambiciosos como o da Rota do Românico do Vale do Sousa e em unidades I&D. A recente certificação da Faculdade de Letras para prestar Serviços, será um campo que tornará esta presença mais visível e institucionalizada.

Para este mesmo ciclo temporal, entre doutorados e doutorandos, o DCTP aproxima-se da centena de diplomados.

### **Principais realizações científicas do DCTP**

A organização de reuniões científicas nacionais e internacionais que se constituíram como referência no avanço do conhecimento, factualizam a ação do DCTP. Alguns exemplos:

1. *II Congresso Internacional do Barroco*
2. *Seminário de Investigação em Museologia nos Países de Língua Portuguesa*
3. *Mesa Redonda da Primavera*
4. *Congresso Tempos e Lugares de Memória*

O DCTP prestou justificada homenagem científica e académica a alguns cientistas emblemáticos (nacionais e internacionais) que alicerçaram a filosofia e a ética do Departamento e das Ciências do Património:

1. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Portugal/Galiza)
2. Domingos de Pinho Brandão (Congresso – figura destacada no Centro de Estudos Humanísticos e no apoio à refundação da Faculdade de Letras)
3. Doutoramentos *Honoris Causa*
  - a. Marie-Louise Bastin (1999)
  - b. Hermanfrid Schubart (2005)
  - c. Alain Tranoy (2011)
  - d. Patrick Le Roux (2011)

Para concluir. Património é a herança que se justifica preservar. O campo das Ciências Humanas ramifica-se em vários domínios do Saber. Através de métodos e técnicas (transdisciplinares) que concorrem para o entendimento pragmático do passado, depura-se e valida-se a integração de alguns desses legados – as peças fundamentais - na explicação da cadeia evolutiva constante do Homem. Depois de estudados e preservados (Património Material e Imaterial), são “oferecidos” à sociedade do conhecimento para explicação e compreensão do processo evolutivo constante.

Entre numerosas publicações, duas revistas do DCTP enfatizam este percurso:

- 1) *Portugália* – A nova série data do ano de 1980. Todos os membros do seu Conselho de Redação integram ou integraram do DCTP. A Revista, como herança científica, continua, em novos moldes, o seu caminho. No Editorial, de então, escrevia-se: “Escolheu-se para título da mesma o nome “Portugália” como homenagem a uma geração de estudiosos do Norte a quem muito ficou a dever a nossa Arqueologia”;
- 2) *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Objetivo: apresentar à comunidade científica os trabalhos desenvolvidos no âmbito da transdisciplinaridade que caracteriza as Ciências do Património.

Heranças. Legados. Transmissão. Construção. Conhecimento e aplicação.

## 2.2. Anglo-American Studies in the University of Porto 1972-2011

Belinda Maia

'Germânicas' was in the 2<sup>nd</sup> year of its existence in the academic year 1973-4. Dr. Armando Morais, wellknown for his bilingual English-Portuguese dictionary and English language teaching work, was in charge of building up the new department. His objective, and that of his successors for many years to come, was to prepare good teachers for the secondary schools.

Later on, Germânicas became part of Línguas e Literaturas Modernas – or Modern Languages and Literatures, which in turn gradually split into separate departments including the Departamento de Estudos Anglo-Americanos and the Departamento de Estudos Germanísticos.

We also moved geographically from being the only language groups in Rua das Taipas, to installations for all areas of the Faculdade de Letras in Campo Alegre and finally to the present building in Via Panorâmica. Along the way, much has happened as the faculty moved from the traditional modes of the 20<sup>th</sup> century to the information age world of the 21<sup>st</sup>.

It has been my privilege to accompany all these changes and still be here to tell the tale. My contract came through in May 1974, but my second child was born in July and I was not asked to appear till the autumn. I therefore missed the first months of turmoil and 'saneamentos', and my first experience of university life that autumn was one of endless meetings, re-planning of curricula, and general discussions of university policy. There was no teaching till January 1975.

However, it was an exciting time and I still look back on those first years as some of the most educational and productive of my life. I certainly learnt a lot and I hope others did too, not necessarily in the areas expected of language departments. It was a time to be idealistic, whichever side of the political spectrum one came from. We experimented with new ideas, tried out new ways of teaching and learning, despite the large sizes of the classes, and the voices of both teachers and students being drowned out by the noise of the trams climbing the steep Rua das Taipas.

Teaching English language allowed us plenty of freedom and we made the most of it. We encouraged English style debates on every subject, trying, despite the prevailing politics of the time, to balance points of view. One Christmas was celebrated with carols and a recital of Dylan Thomas' *A Child's Christmas in Wales*, followed by a party to which everyone brought their versions of the Christmas cake recipe we had distributed, and we washed it down with spicy hot punch. Role play exercises led to acting and we put on Oscar Wilde's *The Importance of Being Earnest*, followed by several shorter plays. We even tried *Under Milk Wood*. I still have photographs of one summer day when we took the ferry across the river and

walked to Afurada where we picnicked, swam and sang to Paddy Kilcoyne's guitar. I taught the same group of students from their second to their fifth year, and some of them are still my friends today.

The English language teachers were also asked to teach English Culture and Civilization. Culture? Civilization? Words, we soon learnt, that can have a wide variety of interpretations. And the only book available when we were told to teach this subject to a couple of hundred students each three weeks before term started was Trevelyan's *Shortened History of England*. We did our best with the help of much background reading and probably learnt more about our history than our students. As students reached the 5<sup>th</sup> year, we were asked to teach English Language and Linguistics. Again, we had to rush to upgrade our notions on grammar to a more formal knowledge of Linguistics, and this was to become my own passion as time went by. No doubt many of our colleagues, who also did not have the benefit of more than their licenciaturas, also struggled to find their way to teach meaningfully in such complex times.

The move to Campo Alegre was more than a relocation of Germânicas. We were now part of a much bigger community, including not just our colleagues from Românicas but also from Geography, History, and Philosophy. There was only one bar in those days for both teachers and students, and this contributed to a feeling of identity as 'Letras', and an interchange of ideas that would lead gradually to the more interdisciplinary courses today.

Staff and students became more involved in the everyday organization of faculty life. Our move to Via Panorâmica marked a turning point in our lives as we adapted to our new modern building, with its excellent library, and installations and equipment not always found in language departments around the world. It is here that the ideals of the 'Bolonha' process have helped to develop even newer methods of teaching and learning.

Research became increasingly important as staff finished their doctoral theses and master's degrees were developed. The Faculty hosts international conferences and other events and our academic horizons are recognized internationally, helped by regular exchange of staff and students with universities around the world. Despite market forces that have affected us quantitatively, we have moved forward qualitatively. Time will tell what happens next.

### 2.3. Estudos Germanísticos no Porto

John Greenfield

O Departamento de Estudos Germanísticos (DEG) da Faculdade de Letras do Porto é o maior departamento deste tipo no País: onze docentes da área da germanística asseguram a lecionação de unidades curriculares, para cerca de 300 estudantes, no âmbito dos cursos de licenciatura em Línguas Aplicadas, em Línguas, Literaturas e Culturas e em Línguas e Relações Internacionais; paralelamente, lecionam em treze cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutoramento em Estudos Alemães; Mestrado em Estudos do Teatro; Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes; Mestrado e Doutoramento em Estudos Anglo-Americanos; Mestrados em Didática e em Ensino e Doutoramento em Didática das Línguas; Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos; Doutoramento em Estudos Africanos). As unidades curriculares lecionadas pelos docentes do Departamento tratam diversos aspetos da língua e da cultura alemãs, da literatura de expressão alemã, da linguística alemã, da tradução e da metodologia da ciência e do ensino, da literatura comparada, da literatura medieval europeia, dos mitos, dos estudos do género e do teatro, bem como da comunicação intercultural.

A área dos estudos germanísticos na Universidade do Porto, que se formou pela primeira vez num departamento autónomo, no ano letivo de 1999-2000 (no âmbito de uma reestruturação orgânica geral da Faculdade), tem uma história longa e conturbada.

Em 1919, um curso em Filologia Germânica (anglística e germanística) iniciou-se na antiga Faculdade de Letras do Porto, oito anos depois da criação de cursos semelhantes nas Universidades de Coimbra e Lisboa. Para os alunos de germânicas, na então Faculdade de Letras do Porto, o estudo de alemão compreendia seis semestres de língua e literatura alemãs, seis semestres de um 'curso prático da língua alemã' e dois semestres de 'gramática comparada das línguas germânicas'. No entanto, com a extinção da Faculdade de Letras do Porto (que não conseguiu sobreviver à ideologia e à política educativa do regime instalado após o 28 de Maio de 1926), o curso deixou de ser ministrado no Porto, em 1931.

A segunda – e atual – Faculdade de Letras abriu as suas portas em 1961, mas apenas aos alunos de Filosofia e História: os estudos germanísticos só recomeçaram no Porto onze anos mais tarde, em 1972. Até à reforma curricular de 1978, os estudos alemães faziam parte integrante do bacharelato e da licenciatura em 'Filologia Germânica', sendo obrigatória a sua combinação com os estudos ingleses (com a dominante ou em anglística ou em germanística). Assim, no âmbito de um curso de licenciatura com a duração de cinco anos (com a dominante em germanística), o aluno tinha obrigatoriamente no seu plano de estudos (mas dependendo do ramo), cinco disciplinas anuais de língua alemã, quatro de literatura

alemã, duas de linguística alemã, bem como unidades curriculares opcionais em cultura alemã e língua e cultura neerlandesas.

A reforma de 1978 e a introdução da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas permitiram aos alunos a combinação dos estudos alemães não apenas com os estudos ingleses, mas também com os estudos portugueses e os estudos franceses. Nesta licenciatura, com um plano curricular de 24 disciplinas anuais (quase todas de caráter obrigatório), havia, na área alemã, quatro níveis de língua, três de literatura e um de cultura, com uma cadeira de opção (a escolher entre Literatura Alemã Medieval e Neerlandês). No entanto, esta estrutura foi modificada em 1987, com a introdução de três ramos diferentes: o ramo científico, o ramo de tradução (com disciplinas específicas de tradução e com um estágio integrado) e o ramo educacional (o ramo escolhido pela esmagadora maioria dos alunos), com unidades curriculares da área pedagógica e também com um estágio integrado. Este modelo de licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (com a variante em estudos alemães) tinha como disciplinas obrigatórias no plano de estudos, unidades curriculares anuais de língua (com quatro a seis horas semanais), duas disciplinas de literatura (com programas incidindo sobre a produção literária em língua alemã desde 1750 até ao presente), e unidades curriculares de cultura e linguística alemãs, de tradução e de metodologia do ensino de alemão; também constaram diversas disciplinas alternativas ou de opção, tais como Cultura Alemã II, Literatura Alemã III e Literatura Alemã Medieval, Língua e Cultura Neerlandesa e Língua e Cultura Escandinava: Sueco.

Tendo em conta a pesada carga horária deste modelo de licenciatura (chegando, em certas variantes, a 28 horas letivas por semana), uma falta de flexibilidade do currículo em relação às disciplinas opcionais e um certo desequilíbrio entre as diferentes áreas (sobretudo no ramo educacional), o curso de Línguas e Literaturas Modernas foi objeto de uma nova reestruturação (que entrou em vigor no ano letivo de 1999-2000). Este modelo curricular, com disciplinas semestrais, oferecia ao aluno de estudos germanísticos, para além de um núcleo de cadeiras obrigatórias (quatro unidades curriculares anuais de língua, duas semestrais de cultura e linguística e cinco de literatura), uma escolha mais diversificada de disciplinas opcionais na área da germanística.

A partir do ano letivo de 2007-2008, no âmbito do processo transnacional de europeização do ensino universitário (a Reforma de Bolonha), entrou em funcionamento um novo tipo de curso de licenciatura (um curso de primeiro ciclo), que substituiu a antiga licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, com a designação de Línguas, Literaturas e Culturas (LLC); este novo modelo europeu de licenciatura visa uma formação mais transparente, no que respeita ao processo de aprendizagem, através de um ensino mais centrado no estudante e da acumulação de créditos do sistema ECTS. Na nova estrutura de licenciatura, que tem a duração de três anos (e um total de 180 créditos ECTS), o aluno pode seguir os estudos germanísticos em seis dos 27 perfis existentes no curso. A licenciatura em Línguas e Relações Internacionais contempla um 'minor' em estudos alemães, correspondente a 30 créditos ECTS, no total de 180, e para além de 36 créditos ECTS de língua alemã.

O curso de primeiro ciclo em LLC (nos planos com estudos alemães) dá acesso às pós-graduações oferecidas pelo Departamento. O Mestrado em Estudos Alemães teve início em 1995 (com reedições em 1998, 2001 e 2003) e foi reestruturado, no âmbito do Processo de Bolonha, em 2007 (com edições em 2007, 2010 e 2011); este curso de segundo ciclo tem em vista a aquisição, por parte dos estudantes, de capacidades especializadas no domínio da investigação e/ou do exercício profissional, através de três variantes, cada uma com 120 créditos ECTS (Literatura e Culturas Alemãs; Tradução Literária; Literatura Alemã no Contexto Europeu); desde o ano letivo de 2010/2011 o Curso de Mestrado em Estudos Alemães também oferece uma dupla formação ('double degree'), com as universidades de Bremen (Alemanha) e Palermo (Itália), no âmbito do Programa Erasmus Mundus, e tem acolhido estudantes de diversos países do mundo, desde a Argentina à Mongólia. Em 2007 foi criado o Curso de Terceiro Ciclo em Estudos Alemães (doutoramento), com uma duração de três anos (120 créditos ECTS), uma estrutura curricular de seminários (60 créditos) e a elaboração e defesa da dissertação (120 créditos).

Acompanhando uma tendência geral que se verifica a nível internacional, o número de estudantes inscritos na área dos estudos alemães tem diminuído significativamente nas últimas duas décadas; esta mudança tem afetado universidades em quase todos os países e tem levado ao encerramento de muitos departamentos universitários. Embora com um número menor de estudantes inscritos do que há 20 anos, a área dos estudos germanísticos tem resistido a esta tendência, tendo diminuído de cerca de 500 alunos inscritos nas disciplinas de licenciatura em estudos germanísticos na FLUP, em 1991, para 300, em 2011; no entanto, a diminuição do corpo docente da área foi maior, tendo este sido reduzido de 25, em 1991, aos atuais onze docentes, sendo constituído por sete professores (dois catedráticos, dois associados e três auxiliares), uma assistente e três leitores.

Para além das aulas, os docentes do Departamento também prosseguem a sua investigação científica, tendo publicado os resultados do seu trabalho em conceituadas editoras e em revistas especializadas nacionais e estrangeiras. Participam regularmente em encontros científicos dentro e fora do País e, desde o início dos anos 80, organizaram diversos colóquios e encontros científicos nacionais e internacionais sobre os mais variados temas relacionadas com a cultura, a linguística e a literatura germânicas.

O Departamento, através dos seus docentes, também está representado em diversos projetos de investigação, quer a nível nacional, no âmbito das Unidades de I&D Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILC), Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) e Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço, Memória (CITCEM), quer a nível internacional, no âmbito de acordos bilaterais entre o CRUP e os organismos que financiam a investigação científica nos países de língua alemã; mantem igualmente excelentes contactos com diversas universidades estrangeiras, bem como com as embaixadas, consulados e institutos culturais dos países da área da germanística.

## 2.4. Da Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Luis de Araújo

Celebrar a efeméride do Cinquentenário da recriação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (pelo Decreto-Lei n.º 43864 de 17 de agosto de 1961) pressupõe um duplo movimento – olhando o passado e pensando na criativa continuação na direção do futuro.

Contudo importa recordar que o ensino da Filosofia na Universidade do Porto remonta à criação da própria Faculdade de Letras em 27 de agosto de 1919, funcionando sob a direção de Leonardo Coimbra, até ao seu encerramento em abril de 1928, embora para a conclusão dos cursos continuasse a funcionar até Julho de 1931. Somente depois de um longo interregno de três décadas serão reativados os estudos filosóficos na Universidade do Porto pela recriação da Faculdade em 1961. Convém notar que o primeiro ano letivo desta segunda fase foi o de 1962-63, assegurando desde logo, as licenciaturas em História e em Filosofia, ao tempo com a duração de cinco anos completados pelo acto de licenciatura. Assim o cinquentenário da efetiva reabertura do curso de Filosofia coincide com o ano letivo de 2011-2012.

A reativação dos estudos de Filosofia enquadrou-se no âmbito da reforma das Faculdades de Letras levada a efeito a partir do ano de 1957, data-chave a partir da qual veio a ser restaurada a independência do 6.º grupo (Filosofia) e a correspondente autonomia do ensino filosófico, suprimidas em 1926 pela fusão em uma só secção das Ciências Históricas e Filosóficas. Com efeito, a partir da reforma de 1957, assistiu-se a uma autonomia que promoveu um sentido novo aos estudos filosóficos em Portugal. Porém, como foi referido, somente em 1961, quando era ministro da Educação o Professor Manuel Lopes de Almeida e sub-secretário da Educação o Dr. Carlos Eduardo de Soveral, futuro docente da faculdade portuense, foram restabelecidos os estudos históricos e os estudos filosóficos na Universidade portuense. Relembrar a tarde de 26 de Outubro de 1962 significa ter presente a cerimónia inicial da nova fase que decorreu no Salão Nobre, onde estiveram presentes, entre outras personalidades, o Reitor da Universidade do Porto, nos termos da lei Diretor interino da Faculdade de Letras, o Professor Manuel Correia de Barros, bem como o Vice-Reitor, Professor Rodrigo Sarmiento de Beires e também, o Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Guilherme Braga da Cruz, cuja presença pretendeu significar que se consideravam ultrapassadas as vicissitudes que haviam existido entre Porto e Coimbra, a partir da criação em 1919 da Faculdade de Letras do Porto. Nessa sessão teve lugar a lição inaugural proferida pelo Dr. Carlos Eduardo Soveral, intitulada “História, Historiografia e Historiologia”, posteriormente publicada na revista do Centro de Estudos Humanísticos, “Studium Generale”, em 1963.

Será de assinalar que ao criar-se na nova Escola um espaço público para o estudo da Filosofia, bem como da História, estava-se neste momento inicial a responder a um desejo reiteradamente manifestado

pela elite intelectual do Porto que nunca aceitara a suspensão dos estudos humanísticos no final dos anos vinte e que doravante até ao presente iria patentear grande fecundidade que tem caracterizado a atividade cultural da Faculdade de Letras nos seus diversos domínios. Entretanto, repare-se que, naquilo que concerne aos estudos filosóficos, logo no primeiro ano letivo (1962-63) se inscreveram setenta e seis alunos, assim como nos dois anos seguintes deste período inicial, oitenta e nove e cento e vinte e cinco alunos respetivamente.

A Licenciatura em Filosofia, de acordo com a reforma de 1957 e que iria vigorar até 1968 (ano em que face à expansão do ensino secundário, a lei, embora mantendo a licenciatura de cinco anos, estabeleceu que a aprovação nos três primeiros anos dos cursos das Faculdades de Letras, passava a atribuir o direito ao diploma de “bacharel” que conferia habilitação suficiente para o acesso aos estágios pedagógicos) era constituída por um plano curricular que integrava as disciplinas anuais tradicionais da Filosofia, mas também as de História da Cultura (clássica, medieval e moderna), bem como uma disciplina de ‘História da Cultura Portuguesa’ distinta da ‘História da Filosofia em Portugal’ constituindo um total de 23 disciplinas anuais completadas pelo seminário preparatório da dissertação de Licenciatura, que haveria de ser dispensada após 1974. Na realidade, o plano de estudos manteve-se sem alterações de relevo até à Revolução de 25 de abril de 1974, a partir desta data e até 1978 tiveram lugar, ano a ano, diversas experiências e modificações curriculares e pedagógicas com planos flexíveis, porém conservando-se os domínios fundamentais. Em 31 de Maio de 1978, o Decreto-Lei n.º 53 cria um novo *curriculum* para vigorar à escala nacional, organizando a Licenciatura em 4 anos e com um elenco de 17 disciplinas, sendo 14 específicas do saber filosófico e três opções livres a escolher no âmbito de outras licenciaturas ministradas na Faculdade de Letras. Mais tarde, a partir do início do século XXI, a Licenciatura em Filosofia atravessou um período de mudança nos planos curriculares que veio a concluir-se no ano letivo de 2004-2005, mantendo a estrutura do curso confinada a quatro anos letivos. Porém, com a adesão ao chamado Processo de Bolonha, a Licenciatura ficou composta por 3 anos letivos em estrutura semestral, que corresponde ao modelo atual que, apesar de tudo, mantém um elenco de disciplinas com as matérias essenciais de índole filosófica. Apesar das alterações que o plano curricular da Licenciatura em Filosofia foi assumindo ao longo destes anos, importa considerar que sempre conservou os domínios fundamentais do saber filosófico em plena sintonia com o pluralismo das correntes de ideias, bem como a diversidade de abordagem das problemáticas e metodologias da prática filosófica. Pode afirmar-se que assim se foi constituindo uma Escola que tem procurado cumprir uma superior missão cultural sempre preocupada com a justificação social do ensino e da investigação da Filosofia.

Acrescente-se ainda que em 1985 teve início o primeiro curso de Mestrado (em Filosofia Medieval) e, desde esse ano, abriam regularmente outros Mestrados em diversas especialidades (Ética, Filosofia Política, Filosofia Moderna e Contemporânea, Filosofia do Conhecimento, Filosofia da Educação e Filosofia Medieval). Em 1987 foi introduzida a formação em Ensino da Filosofia, com estágio integrado,

tendo cessado em 2007, nesta modalidade. O nível da pós-graduação esteve até ao ano letivo de 2007-2008 integrado num curso único, o Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Filosofia. Após a adesão ao Processo de Bolonha este curso foi cindido em dois ciclos de estudos (2.º e 3.º ciclos) conducentes, respetivamente, ao grau de Mestre (2 anos) e ao grau de Doutor em Filosofia (3 anos), sendo atribuídos nesses cursos, igualmente, diplomas de especialização (1 ano).

No âmbito da atividade do Departamento de Filosofia publica-se a *Revista da Faculdade de Letras – Série de Filosofia*, cuja 1.ª série, iniciada em 1970, integrou quatro volumes até 1974, ano em que foi interrompida a sua edição até ao ano de 1985, a partir do qual tem tido publicação ininterrupta até ao tempo presente.

Criado em 1986, o *Instituto de Filosofia* é uma sub-unidade orgânica de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Com direção e estatutos próprios está organizado em Gabinetes que desenvolvem atividade de investigação regular em três áreas específicas – Filosofia Medieval, Filosofia da Educação e Filosofia Moderna e Contemporânea. O Gabinete de Filosofia Medieval edita, desde 2000, a revista *Mediævalia*; o Gabinete de Filosofia da Educação tem publicado obras em diversas editoras e, desde 2002, edita a revista *Itinerários da Filosofia da Educação*. Com financiamento da FCT, o *Instituto de Filosofia* foi avaliado três vezes por painéis internacionais, sempre com a classificação de *Excelente*.

Nesta breve resenha de uma efeméride que celebra o meio século da recriação dos estudos de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto não cabe, por limitações de espaço, referir a vasta e significativa produção intelectual que os seus Docentes, desde o início até ao presente, realizaram quer na específica atividade letiva, quer nas publicações de notável fecundidade no âmbito da Filosofia. Importa realçar que toda essa dinâmica cultural sempre foi pautada pelo valor da Liberdade, diretriz dominante que tem caracterizado a atividade filosófica do Departamento de Filosofia.

Do passado para o futuro, com entusiasmo renovado, este Departamento de Filosofia prosseguirá a sua vocação de ensino, investigação e publicação no domínio dos estudos filosóficos, assumindo-se como efetivo espaço plural de comunicação e debate.

## **2.5. Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação**

Fernanda Ribeiro e Maria Elisa Cerveira

O Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação (DJCC), embora criado estatutariamente em 2003, apenas reuniu condições para ter um efetivo funcionamento a partir da publicação dos mais recentes estatutos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em 20 de novembro de 2009. Antes desta data, funcionava a Secção Autónoma de Jornalismo e Ciências da Comunicação (SAJCC), que havia sido criada para integrar os docentes ligados ao Curso de Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação, procurando estruturar-se na área científica das Ciências da Comunicação com objetivos e técnicas de investigação específicas.

A ligação dos seus membros docentes e investigadores ao Centro de Estudos em Tecnologias, Artes e Ciências da Comunicação (CETAC.COM) – um espaço para o diálogo e desenvolvimento de projetos entre investigadores das áreas das Ciências da Comunicação, das Ciências Sociais e Humanas, do Audiovisual, da Ciência da Informação e das Novas Tecnologias – propiciou um estreito contacto entre docentes de áreas afins, que veio a convergir na integração, em 2007, dos docentes de Ciência da Informação na SAJCC. No mesmo ano, uma reorganização profunda da investigação nestes campos do saber levou à reestruturação daquela unidade de investigação, tendo surgido o CETAC.MEDIA, fruto de um alargamento de perspetivas e de um maior enfoque na questão da mediação tecnológica, que conduziu a uma parceria com docentes e investigadores do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Atualmente, é no CETAC.MEDIA que a maioria dos docentes de Ciências da Comunicação e de Ciência da Informação se integram como investigadores.

Contudo, para se compreender o atual DJCC é necessário conhecer um pouco dos seus antecedentes e, para isso, há que perceber como as áreas das Ciências da Comunicação e da Informação surgiram na Universidade do Porto, nomeadamente através da evolução dos cursos em que hoje se integram os docentes do Departamento: a Licenciatura e o Mestrado em Ciência da Informação (LCI e MCI); a Licenciatura e o Mestrado em Ciências da Comunicação (LCC e MECC); o Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD).

### **1985-2001: das Ciências Documentais à Ciência da Informação**

O Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD), instituído em 1985, resultou da aprovação de uma proposta do Professor Doutor José Marques à Comissão Coordenadora de História do Conselho Científico da FLUP, apresentada em julho de 1984.

Como fundamentação para a criação deste curso de pós-graduação, apontava-se o interesse crescente nesta área, despertada pelo aparecimento de mais e melhores bibliotecas e arquivos, pelo aumento da necessidade de profissionais habilitados que respondessem às carências do mercado, em particular na zona norte do País, e pela existência de um dispositivo legal – o Decreto-lei n.º 87/83 de 13 de julho – que permitia o enquadramento do curso.

A aprovação desta proposta pelos órgãos competentes da FLUP, em 25 de julho de 1984, e a publicação da Portaria n.º 852/85 de 9 de novembro possibilitaram o início do CECD no ano letivo de 1985/1986, sob a direção do Professor Doutor José Marques, com um *numerus clausus* de vinte alunos. A partir de então, o curso abriu bianualmente com um número crescente de candidatos e com um aumento progressivo do número de vagas, que chegou a atingir quarenta nos últimos anos em que o curso funcionou. A partir de 1991, a necessidade de formação de profissionais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) levou à criação de um regime de supranumerários (cinco vagas) para candidatos provenientes desses países.

O plano curricular do CECD da FLUP, semelhante ao dos cursos análogos das faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa, tinha a duração de dois anos curriculares e, no segundo ano, comportava duas áreas de formação – “Documentação e Biblioteca” e “Arquivo” – que se separavam após um primeiro ano de tronco comum.

O corpo docente era, sobretudo, constituído por profissionais experientes e com comprovado currículo profissional (deve salientar-se o apoio inestimável que os docentes do CECD da Faculdade de Coimbra deram na primeira edição do curso), que asseguravam as disciplinas técnicas, enquanto as matérias do âmbito da História ou da Sociologia eram atribuídas a docentes da FLUP e de outras faculdades. A criação de um suporte legal que garantisse a progressão na carreira docente e a conseqüente consolidação do corpo docente foi uma preocupação desde cedo. Em 1987 foi aberto o primeiro concurso para admissão de um assistente estagiário e, em 1989, foi aprovada a área de doutoramento na especialidade de Ciências Documentais.

Durante vários anos o CECD não teve um enquadramento orgânico num setor específico, relacionando-se com o Conselho Científico da FLUP através do Grupo de História, a que o Diretor do Curso pertencia. Só em 1997, quando foi criado o Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), o CECD passou a integrar a Secção de Ciências Documentais deste departamento. Contudo, se é certo que a integração no DCTP veio permitir uma consolidação do curso em termos institucionais, o predomínio da noção de património, presente nos restantes cursos do Departamento (de História da Arte, de Arqueologia e de Museologia), começou, paulatinamente a distanciar-se do posicionamento epistemológico que fazia germinar um novo modelo formativo, distante do paradigma historicista, patrimonial e tecnicista que caracterizava o CECD.

Esta ânsia de mudança teve a sua origem por ocasião do 10.º aniversário do CECD, em 1995, no decurso de uma mesa-redonda sobre formação profissional que suscitou um amplo debate sobre o modelo formativo e a consciência da sua desadequação face à sociedade informacional emergente (*Formação profissional na área BAD: mesa-redonda organizada pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: F.L.U.P., 1996).

Em 1998, um conjunto de pessoas com responsabilidade na formação nesta área, iniciou uma série de reuniões para repensar, não apenas uma estrutura curricular, mas sobretudo para refletir sobre a fundamentação epistemológica da área científica em que o modelo formativo se deveria integrar.

Estas reuniões de reflexão deram origem a um estudo intitulado *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular* (Armando Malheiro da SILVA; Fernanda RIBEIRO - *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4) onde se perfilam as linhas orientadoras para um novo modelo formativo na área da Ciência da Informação.

Paralelamente, os contactos de uma docente do CECD e seu envolvimento na lecionação no Curso de Mestrado em Gestão da Informação (MGI), criado em 1997 na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), também potenciaram um estreitar de relações com esta faculdade e uma convergência de interesses quanto à renovação do modelo formativo no tocante aos estudos sobre a informação.

Todo este processo culminou na criação do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação (LCI), um projeto conjunto das Faculdades de Letras e de Engenharia que, em 2001, obteve a aprovação unânime por parte dos órgãos competentes das duas faculdades e o reconhecimento legal em 6 de junho do mesmo ano, momento da sua homologação em *Diário da República*. As aulas tiveram início no ano letivo 2001/2002.

O CECD funcionou até ao final do ano letivo de 2002/2003 (sobre o CECD e seu funcionamento durante 18 anos, ver: Fernanda RIBEIRO; João LEITE; Maria Elisa CERVEIRA - *Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais: 1985-2003*. In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques: 26 e 27 de Junho de 2003*. Organização [da] Secção de Ciências Documentais, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP, 2004. ISBN 972-9350-84-1. p. 207-252), em simultâneo com a LCI, para que não houvesse um hiato na formação de profissionais enquanto não se formavam os primeiros licenciados.

### **A Licenciatura e o Mestrado em Ciência da Informação**

A estrutura curricular da LCI foi concebida numa perspetiva integradora das diversas áreas científicas que gravitam em torno do fenómeno informacional influenciado pela presença agregadora das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação. O modelo implementado propôs-se acabar com as divisões artificiais entre a Biblioteconomia/Documentação e a Arquivística que marcaram o modelo

formativo anterior e projetou incluir a área dos Sistemas de Informação que, em Portugal, integrava cursos de Engenharia ou de Gestão. A parceria entre a FLUP e a FEUP traduziu-se numa distribuição da docência entre as duas faculdades que se contabilizava, *grosso modo*, em 60% dos ETI para a primeira e 40% para a segunda.

O plano de estudos da LCI, com duração de oito semestres, apresentava como área científica nuclear a Ciência da Informação, complementada por outras áreas científicas – Ciências Sociais e Humanas, Informática, Ciências da Administração e da Gestão –, numa expressiva interdisciplinaridade. No último semestre, os estudantes realizavam um estágio curricular com duração de seis meses, numa instituição externa, que culminava com a apresentação pública de um relatório.

No ano letivo de 2007/2008 a LCI fez a sua adequação ao Processo de Bolonha, alterando a duração do plano de estudos de oito para seis semestres e suprimindo o estágio curricular. A alteração que foi necessário implementar não se tornou muito complicada, uma vez que as práticas pedagógicas já apontavam para um ensino centrado no desenvolvimento de competências.

Para dar continuidade ao 1º ciclo de estudos em Ciência da Informação, teve início, também em 2007/2008, o Mestrado em Ciência da Informação (MCI), um curso de grau conjunto e lecionado em parceria pela FEUP e pela FLUP, que resultou da adequação a Bolonha do MGI, ministrado apenas pela FEUP desde 1997.

Nos dez anos que decorreram desde a criação da LCI, inúmeros eventos e iniciativas contribuíram para complementar a atividade científico-pedagógica. A realização de conferências, de visitas de estudo e o envolvimento dos estudantes em projetos científicos e profissionais tem sido uma prática constante do curso. Na impossibilidade de referenciar todos, e porque essa recolha está registada num livro da autoria de um grupo de estudantes da LCI (António CASTRO, et al. - *O Curso de Licenciatura em Ciência da Informação na U.Porto: dez anos de actividade pedagógica e científica*. Porto: Faculdade de Letras; Faculdade de Engenharia, 2011. ISBN 978-972-8932-75-6), publicado por ocasião das comemorações do 10.º aniversário do curso, são de realçar: as Jornadas de Ciência da Informação, que se realizam anualmente desde 2003 e que constituem um evento de grande impacto para todos os profissionais de informação e, em particular, para os estudantes da LCI e do MCI, já que potenciam o encontro com representantes de empresas e organismos públicos em torno de temáticas de grande atualidade; o BOBCATSSS, realizado em janeiro de 2009, um encontro internacional efetuado sob os auspícios da EUCLID (European Association for Library and Information Education and Research) e organizado pelos estudantes do MCI e da LCI em parceria com colegas da Universidade de Tampere, na Finlândia, que reuniu várias centenas de participantes, oriundos de cerca de quarenta países; o envolvimento de estudantes da LCI em atividades de empreendedorismo, nomeadamente através do concurso promovido pela Junior Achievement com a participação de várias universidades portuguesas, onde têm obtido resultados muito expressivos (o 1.º e 2.º lugares nas finais nacionais e o 3.º lugar no campeonato europeu).

## **2000: a introdução das Ciências da Comunicação na FLUP**

A partir do ano 2000, a FLUP passou a contar com uma nova área de formação – a das Ciências da Comunicação. O novo curso de Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação (LJCC), criado numa parceria das faculdades de Letras, Belas Artes, Engenharia e Economia (o primeiro com este formato na Universidade do Porto), deve-se, fundamentalmente, ao empenho do Professor Doutor Eugénio dos Santos que, estando ligado à Escola Superior de Jornalismo do Porto, diligenciou para a integração desta área na Universidade portuense. Na criação da estrutura curricular do curso esteve envolvida uma comissão *ad-hoc*, integrando representantes das quatro faculdades, que estudou planos de estudos não só de escolas portuguesas como das mais conceituadas escolas estrangeiras.

O corpo docente integrou alguns docentes da Escola Superior de Jornalismo, outros das quatro faculdades parceiras e pôde contar, ainda, com a colaboração de vários profissionais ligados a diferentes órgãos de comunicação social. A FLUP foi, desde o início, a unidade orgânica da Universidade do Porto encarregada da gestão administrativa do curso e a coordenação científica do mesmo foi imputada a uma Comissão constituída por elementos das quatro faculdades.

O regulamento da LJCC foi publicado em 6 de março de 2000 e as aulas tiveram início no ano letivo de 2000-2001 com um plano de estudos de oito semestres letivos, que combinava a formação nas áreas das ciências sociais, das artes (em particular nas dimensões estética e gráfica) e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Após frequentarem os dois primeiros anos de tronco comum, os estudantes podiam optar por uma de três áreas de especialização - Jornalismo, Assessoria da Comunicação e Comunicação Multimédia -, que os direcionavam para saídas profissionais diversificadas: o jornalismo na imprensa escrita, radiofónica ou televisiva; os gabinetes de imprensa e de assessoria; as empresas/entidades de produção multimédia.

A dimensão prática e profissionalizante deste curso concretizava-se através de um estágio realizado num órgão de comunicação social durante o último semestre do curso.

A adequação do curso ao Processo de Bolonha foi publicada no *Diário da República* de 24 de abril de 2007, passando o mesmo a designar-se por ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciado em Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria e Multimédia (LCC) e tendo o plano de estudos sofrido uma redução de oito para seis semestres.

A partir do ano letivo de 2008/2009 começou a funcionar o Mestrado em Ciências da Comunicação (MECC) – um curso igualmente de grau conjunto, ministrado pelas faculdades de Letras, Belas Artes, Economia e Engenharia, tendo a FLUP como entidade administrativa – pelo que a formação em Ciências da Comunicação passou a contar com dois ciclos de estudos: a Licenciatura, com a duração de seis semestres, e um ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Ciências da Comunicação (MECC), com duração de quatro semestres. O MECC estrutura-se em três ramos – Comunicação Política; Cultura, Património e Ciência; e Estudos dos Media e do Jornalismo. No terceiro semestre os estudantes podem

escolher a *via de especialização*, tendo que realizar um estágio e elaborar um relatório, ou optar pela *via de investigação*, que implica a elaboração de uma dissertação.

O curso de LCC tem uma forte componente prática facilitada pela existência de estúdios de televisão e de rádio, de laboratório multimédia e pela disponibilização de equipamento e *software* específicos para o desenvolvimento de projetos para o curso, para a Universidade e para o exterior. São de salientar dois projetos nas áreas da imprensa escrita (JPN - Jornalismo Porto Net) e da rádio (JPR - Jornalismo Porto Rádio).

O JPN, um jornal digital que funciona como laboratório para os estudantes finalistas do curso, nasceu em março de 2004. Permite aos estudantes experimentar diferentes linguagens de comunicação pela utilização dos meios áudio e vídeo que têm à disposição para a produção noticiosa.

O JPR surgiu em 2006 por iniciativa dos docentes da vertente radiofónica. Trata-se de um projeto de rádio *online* que inclui trabalhos das áreas jornalística e de entretenimento, onde os estudantes podem experienciar e dar forma a verdadeiros programas de rádio. A colaboração entre os dois projetos, JPN e JPR, tem vindo a acentuar-se nos últimos anos.

Ao longo dos onze anos de vida dos cursos de Ciências da Comunicação são de salientar diversas realizações: 1<sup>as</sup> Jornadas da Licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação, realizadas em maio de 2005, que constituíram um momento importante de reflexão e avaliação da LJCC; as II Jornadas Internacionais - Informação e Comunicação nos Mass Media, em outubro de 2007, realizadas conjuntamente com a LCI; e dois Congressos Internacionais de Ciberjornalismo, realizados em parceria com o CETAC.MEDIA, em 2008 e 2010.

### **1989-2008: a institucionalização dos estudos de doutoramento**

Os estudos de doutoramento na área da Informação, em Portugal, tiveram início em 1989, com a criação na FLUP da área de doutoramento na especialidade de Ciências Documentais, pelo Despacho 77/SEES/89-X, publicado no *Diário da República* de 4 de julho do mesmo ano. Em 2006, já estando em pleno funcionamento a LCI, foi solicitada e aprovada a alteração da denominação da especialidade, passando a ter a designação de “Ciência da Informação”. Com a implementação do Processo de Bolonha e a indispensabilidade da criação de cursos de 3.º ciclo, este modelo teve de ser encerrado em 2008, ano em que teve início um novo Programa Doutoral.

Neste doutoramento criado em 1989 inscreveram-se, ao longo dos quase vinte anos em que funcionou, dezassete estudantes, tendo prestado provas três deles. Os restantes tiveram de ser integrados no novo programa, tendo já cinco concluído as suas teses.

Como foi antes referido, em 2007, deu-se uma profunda alteração na estrutura de investigação existente, que se traduziu no surgimento do CETAC.MEDIA com a integração de um grupo de investigadores do

Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, alargando o seu âmbito de investigação a estudos sobre Informação e Comunicação em novos contextos com mediação tecnológica. Foi desta aproximação à Universidade de Aveiro através do CETAC.MEDIA que surgiu, em 2008, o Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) lecionado conjuntamente pela Universidade do Porto (através da FLUP) e pela Universidade de Aveiro (através do Departamento de Comunicação e Arte), proporcionando uma abordagem integrada ao estudo das Ciências e das Tecnologias da Informação e da Comunicação, inédita em Portugal.

Estando presentemente na 4.<sup>a</sup> edição, o ICPD tem suscitado uma elevada procura e conta com oitenta e um estudantes inscritos, sendo que nove são provenientes do antigo doutoramento em Ciência da Informação.

### 2.5.1. Das Ciências Documentais à Ciência da Informação: o meu testemunho

José Marques

#### Introdução

O cinquentenário da restauração da Faculdade de Letras, solenemente comemorado nos dias 13 e 14 de Outubro de 2011, permitiu acompanhar as vicissitudes do seu desenvolvimento, durante este meio século, tendo sido eloquentes, nesse sentido, os depoimentos de alguns dos seus primeiros alunos, que, integrados no seu corpo docente, percorreram todos os degraus da carreira universitária, até à jubilação como catedráticos.

O contraste dos modestos primórdios por eles descritos com a dimensão da complexa realidade atual sugere-nos a imagem da pequena e frágil planta que se transformou em árvore frondosa, mercê dos cursos que, posteriormente, a foram enriquecendo, não obstante as dificuldades inerentes às fases de crescimento. A descrição dos percursos seguidos pelos diversos cursos, mais do que uma informação histórica, poderá — para não dizermos, deverá — constituir para os alunos um fator de confiança em que a Faculdade que os acolhe saberá vencer também as dificuldades atuais e, ao mesmo tempo, um poderoso estímulo para aproveitarem, da melhor forma, a vasta preparação científica e de alcance profissional que aí lhes é ministrada.

Neste contexto comemorativo, tendo estado particularmente ligado à introdução do Curso de Especialização em Ciências Documentais nesta Faculdade de Letras, que acompanhámos, durante os dezoito anos de existência, foi-nos solicitado um depoimento quanto às suas origens e alguns aspetos do seu desenvolvimento. Dado que este Curso terminou, intencionalmente, para dar lugar à licenciatura em Ciência da Informação, e a respetiva história, em linhas gerais e, em parte, até com bastante pormenor, está feita (Fernanda RIBEIRO; João LEITE; Maria Elisa CERVEIRA - Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais: 1985-2003. In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques, 26 e 27 de Junho de 2003: actas do Colóquio "Do Documento à Informação" e da Jornada sobre Sistemas de Informação Municipal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 209-224), poderá ter algum interesse registar certos aspetos, que, apesar de, oportunamente, ultrapassados, não deixaram de criar dificuldades, chegando, mesmo, a causar perplexidade a quem teve a responsabilidade imediata na implementação deste Curso e no seu ulterior desenvolvimento. A resposta a este pedido implicará, por isso, uma indesejável e incómoda marca pessoal, em nome da verdade, difícil de contornar, de que, antecipadamente, se pede desculpa.

## Primórdios

Nada interessará aos leitores saberem que no ano letivo de 1975-76, sendo já assistente na Faculdade de Letras, frequentámos o Curso de Bibliotecário-Arquivista, criado pelo Decreto-Lei n.º 26.026, de 7 de novembro de 1935, ministrado na Faculdade de Letras de Coimbra, que vigorou até 13 de julho de 1982, data em que foi extinto e substituído pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais, expressamente criado para esse efeito e com a possibilidade de ser ministrado noutras Faculdades. Os tempos eram diferentes e, no antigo Curso que frequentámos, havia consciência da importância das novas modalidades da informação, das vantagens da sua transferência e das formas de recuperação, falando-se, inclusive, das possibilidades oferecidas pelos computadores, que, ainda, não estavam disponíveis.

Dispondo dos conhecimentos teóricos adquiridos em Coimbra, impressionou-nos, vivamente, o estado em que se encontravam os arquivos municipais da região Norte — Minho e Trás-os-Montes — que mais nos interessava e fomos percorrendo, durante a fase de preparação da dissertação de doutoramento, não vindo para aqui algumas das dificuldades com que deparámos. Era urgente alterar essa situação, mas sem um Curso onde se preparassem, adequadamente, os funcionários para os arquivos e as bibliotecas que as Câmaras Municipais começavam a instituir, o futuro continuaria a ser difícil.

Presidíamos ao Conselho Diretivo da Faculdade desde o princípio de 1983, e, apesar dos frequentes contactos com os responsáveis pelos Conselhos Científico e Pedagógico, não vislumbrávamos qualquer hipótese de introduzir na Faculdade o novo Curso, aprovado em 1982, tendo uma delegação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), conduzida pelo Doutor Justino Mendes de Almeida, numa reunião a que assistimos, na Reitoria da Universidade do Porto, manifestado o claro interesse na sua abertura.

Essa preocupação mantinha-se e, quando, no Conselho Científico, em que tínhamos assento de pleno direito, se estudavam eventuais propostas de reestruturação periódica dos cursos da Faculdade a apresentar ao Ministério, com data de 9 de julho de 1984, aí apresentámos a proposta de criação — melhor teria sido dizer *introdução* — do Curso de Especialização em Ciências Documentais na Faculdade, de que transcrevemos os termos iniciais: — «1. *Tem-se falado, com relativa frequência, na criação do **Curso de Ciências Documentais** nesta Faculdade. Julgo que não teremos outra ocasião mais propícia do que esta fase de reestruturação para o conseguirmos e, por isso, proponho e solicito ao Conselho Científico o estudo e deliberação favorável sobre este assunto*». A proposta, acompanhada por todos os elementos necessários ao esclarecimento de todos os membros do C.C., nomeadamente, «os textos oficiais e os *currícula* dos Cursos ministrados em Coimbra e em Lisboa», foi aprovada, por unanimidade, na sessão plenária de 25 de julho de 1984.

Se este primeiro passo foi relativamente fácil, as dificuldades surgidas na fase de preparação do primeiro ano letivo, que só viria a começar nos princípios de 1986, quanto à constituição de um corpo docente

credível, que, inclusive, tivesse a confiança da Direção da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), foram enormes, tendo sido determinante para as ultrapassar o apoio prometido e, efetivamente, prestado pelos professores do Curso de Coimbra, nossos conhecidos, desde os tempos em que tínhamos frequentado o Curso de Bibliotecário-Arquivista, extinto em 1982, colaboração que nos apraz agradecer, aqui, mais uma vez.

Talvez agora ganhe algum sentido a referência — aparentemente despropositada —, acima feita ao Curso de Bibliotecário-Arquivista, que frequentámos e concluímos em Coimbra, movido pela instabilidade social e profissional, subsequente aos acontecimentos de 25 de abril de 1974. Profissionalmente, além das vantagens que os conhecimentos aí adquiridos nos proporcionaram, nos domínios da investigação pessoal, não tivemos necessidade de o utilizar, mas não escondemos que, de algum modo, se repercutiu na introdução do novo Curso de Especialização em Ciências Documentais, nesta Faculdade, como, sumariamente, ficou exposto.

### **Consolidação**

O rigor posto na observância dos critérios de seleção, com atenção especial aos candidatos já colocados em bibliotecas e arquivos sem a necessária preparação técnica, a exigência posta no controlo das faltas, a qualidade do corpo docente conseguido, em que emergiam os nomes da Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Pinto Mendes, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e dos colegas Drs. José Manuel Mota de Sousa e Maria do Rosário Pericão, bem como a observância de outros aspetos inicialmente definidos, conferiram a este Curso uma nota de qualidade, que nos aprouve registar, logo no fim do primeiro ano, e prosseguiu ao longo da sua existência.

O facto de, inicialmente, se ter optado pela sua abertura de dois em dois anos teve vantagens não só em relação ao corpo docente e à experiência que se ia afirmando, mas também quanto ao interesse que foi despertando junto das autarquias, de serviços públicos e da própria Universidade do Porto, acentadamente empenhados na aquisição de quadros tecnicamente preparados nas áreas específicas deste Curso: arquivo, documentação e biblioteca, aspeto sempre presente nos critérios de seleção dos candidatos, desde as primeiras edições do Curso, de acordo com a alínea c) do n.º 5 da Portaria n.º 852/85, de 9 de novembro: — «*Experiência profissional, nomeadamente no âmbito da ciências documentais*». Em geral, a “experiência” dos candidatos reduzia-se ao facto de trabalharem em algum arquivo ou biblioteca, acabando, no decorrer do Curso, por rejeitarem as práticas que, até então, haviam seguido.

A atenção prestada a esta alínea dos critérios de seleção preocupava a BAD, pelo que na longa carta enviada à sua presidente, Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, datada de 14 de Outubro de 1987, lhe pudemos transmitir a informação de que entre os dez selecionados para a opção Biblioteca se contavam os responsáveis pelas bibliotecas municipais de Santo Tirso, Viana do Castelo e Alijó e, ainda um

colaborador da Biblioteca Municipal de Chaves. Foi possível, então, dar conta também do interesse das Câmaras Municipais de Chaves e de Alijó, que, além de disponibilizarem a estes seus funcionários o tempo indispensável para levarem o Curso a bom termo, anunciavam a intenção de alguma ajuda material, atitudes que assumiam uma dimensão exemplar para outras autarquias.

Estava-se no início da segunda edição deste Curso, tendo, então, informado a BAD da existência de candidatos ligados às bibliotecas municipais de Amarante, Póvoa de Varzim e Arouca e à da Casa de Camilo, em Vila Nova de Famalicão, que, mercê da falta de vagas, não tinham sido admitidos. Levámos, assim, ao conhecimento da BAD o contraste entre o entusiasmo despertado pelo Curso, ministrado na Faculdade de Letras do Porto, e as limitações impostas pelo *numerus clausus*, reduzido a 20 vagas, sendo 10 para Arquivo e 10 para Documentação e Biblioteca, que, mais tarde, viria a ser ampliado. O esclarecimento foi confirmado e ampliado com a indicação de que dos 63 concorrentes, 18 optaram pela variante Arquivo e 45 pela de Documentação e Biblioteca, sinal de que alguma coisa estava a mudar na zona Norte e que importava pensar no apoio a este Curso, mediante a instituição de bolsas de estudo, por parte do Ministério e de outras instituições, tanto mais que da parte da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Serviços da Segurança Social do Porto, Serviços Regionais de Saúde de Bragança e Delegação do Porto da Secretaria de Estado da Cultura tinha havido também candidatos para a opção Documentação e Biblioteca, que, como muitos outros, não puderam ser admitidos. Sobre o contributo dado por este Curso para a transformação nestas áreas, nos Distritos de Aveiro, Porto e em todos os situados a Norte do Douro, entre 1985 e 2003, basta analisar a *Memória* citada na nota n.º 1, p. 211-215.

Uma das necessidades que urgia resolver era a da criação de um corpo docente estável, suficiente para assegurar a docência das disciplinas fundamentais deste Curso, impondo-se, ao mesmo tempo, assegurar-lhe a possibilidade de progresso na carreira académica, de acordo com as disposições legais, quanto ao plano científico, passando pela prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica e de doutoramento. Este último aspeto implicava a aprovação de uma área de doutoramento em Ciências Documentais, que veio a ser concedida pelo Despacho 77/SEES/89, publicado no *Diário da República*. 2.ª série, de 4 de julho de 1989.

Nem tudo foram facilidades, e o processo de contratação de duas assistentes, bem como a resolução do pagamento aos docentes externos, que colaboravam com a Faculdade na docência deste Curso, obrigaram-nos a diversas diligências junto do Conselho Diretivo de então, que, impõe-se dizê-lo, não se poupou a esforços para resolver os atrasos verificados neste domínio.

Logo na primeira edição, verificou-se que o Curso carecia de um *estágio* nas áreas da docência ministrada, aspeto omissos na legislação que o regia. A mini-comissão coordenadora decidiu que, de futuro, ao longo do segundo ano, os alunos teriam de realizar um estágio de 150 horas de trabalho prático, condição apresentada a todos os candidatos, na entrevista, integrada no processo de seleção, tendo havido plena concordância dos entrevistados. Quando, porém, no início do segundo ano desta edição se davam os primeiros passos para a organização do estágio proposto e acordado por todos os

selecionados, não faltou quem esboçasse uma reação anti-estágio, prontamente eliminada. No final do ano e concluída esta primeira experiência, todos lhe reconheceram grande vantagem, tendo prosseguido até ao fim.

Este aspeto prático do Curso foi-se aperfeiçoando, tendo, além dos alunos, as instituições que aderiram a este projeto e abriram as suas portas aos estagiários, sido as grandes beneficiárias, a começar pelos Arquivos da Faculdade de Letras e da Reitoria da Universidade do Porto, que foram devidamente organizados, informatizados e dotados de quadros com pessoal qualificado.

A dimensão prática, inerente à estrutura dos diversificados estágios e dos trabalhos indicados pelos docentes, foi ampliada pelas visitas de estudo, prévia e convenientemente preparadas, a bibliotecas, como a Nacional de Lisboa — agora dita Nacional de Portugal — e Geral da Universidade de Coimbra, a arquivos, nomeadamente, o Nacional da Torre do Tombo e o Distrital de Braga, integrado na Universidade do Minho, e centros de documentação científica e tecnológica, que constituíam autênticos estímulos à investigação, gradualmente patente nos trabalhos práticos apresentados no fim dos estágios, sendo justo salientar e agradecer a orientação e o acompanhamento dos respetivos docentes.

### **Balanço final**

Neste testemunho, não poderíamos omitir uma breve referência aos resultados deste Curso, ministrado, durante dezoito anos, na Faculdade de Letras do Porto, tendo ascendido o número de inscritos a 283, maioritariamente, procedentes da zona norte de Portugal. O tratamento estatístico dos dados disponíveis revela que 97,2% dos inscritos concluíram o Curso e que, em 2004, 91,3% trabalhavam em Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação, áreas, tradicionalmente, designadas de BAD, informações que ganharão um sentido mais profundo, descodificando-as através da leitura dos quadros, gráficos e mapas, há muito disponíveis (Cf. *Ob. cit.*, p. 211-215), que concretizam e visualizam a dispersão destes profissionais, predominantemente, pelas zonas centro e norte do País.

Conjugando esta realidade com as preocupações manifestadas pelas autarquias e outras instituições no domínio da defesa e difusão do património histórico-cultural, a que urge acrescentar o vasto trabalho realizado, nas últimas décadas, pelos novos profissionais, impõe-se reconhecer que o contributo sócio-cultural proporcionado pela Faculdade de Letras, através do seu Curso de Especialização em Ciências Documentais foi altamente positivo.

Neste olhar, de relance, sobre os resultados positivos deste Curso, que, em boa hora, estrategicamente, cedeu o lugar à licenciatura em Ciência da Informação, é obrigatório recordar e ter presente os *cinquenta docentes*, procedentes de Universidades e outras Instituições públicas e privadas, nacionais e espanholas, que, dedicadamente, contribuíram para a formação de tantos profissionais e para a grande obra que eles continuam a levantar.

Como principal responsável por este Curso, durante toda a sua existência, em nome da Faculdade e pessoal, a todos manifestamos a nossa gratidão, sem esquecermos os que já nos deixaram.

Desde o início aos anos finais deste Curso, processou-se uma profunda transformação, a nível conceitual e nos domínios científico-tecnológicos da informação, e o Curso de Ciências Documentais, que tinha cumprido a sua missão, não podia continuar espalhado, urgindo avançar para a licenciatura em Ciência da Informação — a primeira em Portugal —, sendo da mais elementar justiça registar, para futura memória, que a principal responsável por este projeto, há anos solidamente implantado, foi a Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda Ribeiro, que encontrou no Prof. Doutor Gabriel David, da Faculdade de Engenharia do Porto, um colaborador competente e dedicado, cabendo-lhes o mérito de terem sabido construir uma parceria entre as duas Faculdades, cujas vantagens e eficácia têm sido largamente comprovadas, durante os anos de vigência desta licenciatura.

Para a Licenciatura em Ciência da Informação, para os seus promotores e responsáveis e todos os colaboradores os nossos parabéns, com os melhores votos dos maiores êxitos.

## 2.5.2. O Curso de Ciências da Comunicação na U.P.

Eugénio dos Santos

A licenciatura, que a Universidade do Porto ministra na área das Ciências da Comunicação (outrora designada também por Jornalismo), iniciou-se apenas no ano de 2000, sendo, portanto, muito recente. Apesar disso, esta área de estudos alargou-se, desde logo, às correspondentes pós-graduações, isto é, a mestrados e a doutoramentos, tanto para a formação dos seus próprios quadros, como para a habilitação de profissionais altamente qualificados. Durante esta primeira década de funcionamento várias centenas de especialistas aí receberam formação superior e o Curso pode orgulhar-se do trabalho por si produzido, prestigiando, a seu modo, a própria Universidade. Os doutoramentos já realizados e os que estão em curso, a curto prazo, garantem um futuro sólido e auspicioso para esta área de intervenção científica, técnica e sociológica, na qual a nossa Universidade se vem afirmando progressivamente.

A decisão de abrir-se aos estudos superiores de comunicação social contudo foi olhada, ao menos no início, por parte dos então responsáveis pelas várias faculdades (de que se compunha o Senado), com bastantes reservas. Considerava-se essa área do saber ainda algo indefinida e, portanto, pouco atrativa para uma Academia como a do Porto. Outro argumento algo dissuasor então utilizado era o de que já havia, no panorama nacional, várias Escolas de estudos desse tipo, minguando, pois, o espaço para qualquer outra iniciativa. A verdade é que o arranque, embora sempre sob alguma suspeição, encarregar-se-ia de ir demonstrando que tais reservas se encontravam destituídas de qualquer fundamento. Os candidatos ao ensino superior afluíram em grande número e as classificações elevadas daqueles que lograram ir entrando provam que ele veio preencher uma lacuna, a que, aliás, as várias instituições universitárias portuguesas já haviam respondido.

Procuremos resgatar, ao menos nos seus traços fundamentais, a memória das diligências então encetadas e os resultados delas decorrentes. Desde já, é justo referir que, no comando dos destinos da reitoria da Universidade, os três maiores responsáveis pelo arranque do Curso foram os reitores Alberto Amaral e Novais Barbosa, sendo o primeiro deles fortemente coadjuvado pelo seu vice-reitor Cândido dos Santos. Eles perceberam que a cidade e a região norte mantinham, ao longo do todo o século XX uma poderosa imprensa diária, corporizada por três grandes jornais quotidianos, a saber, o *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*, complementados por várias estações de rádio e por sucursais de cadeias de televisão, desde que esta se impôs no panorama nacional. Para além destes matutinos, publicava-se ainda um jornal vespertino, *O Diário do Norte*, que apenas deixou de ser editado pouco antes da revolução de abril de 1974. Portanto, a região usufruía de vários canais de informação privilegiada e as suas gentes apreciavam-nos. Parecerá até estranho que só tardiamente a poderosa universidade portuense se tenha disponibilizado para dar guarida aos estudos sistemáticos de

comunicação social. Quanto a nós, tal postura merecerá uma dupla explicação. A primeira radicar-se-á em que o ofício de jornalista ou de comunicador social haviam sido intencionalmente desvalorizados durante as décadas do regime liderado por Salazar. A censura prévia impunha-se-lhes e condicionava-os fortemente e a imagem pública do jornalista não concorria com o prestígio das demais formações académicas. Ele não deveria passar – dizia-se! – de um simples narrador/relator de factos de interesse coletivo, sem, contudo, se aventurar em emitir comentários políticos. Por outro lado, na cidade existia uma enraizada Associação de Jornalistas e Homens de Letras que congregava e ia amparando os mais exigentes e independentes, cuja atividade profissional se situava nesse domínio. Seguiu-se-lhe, aliás, um Centro de Formação de Jornalistas, reunindo-se aí os que teorizavam, praticavam e pretendiam influenciar as futuras orientações da comunicação de massas, fosse ela escrita, falada ou televisiva. Tais associações sentiram corados os seus intentos e objetivos, quando, em 1986, foi fundada a Escola Superior de Jornalismo, reconhecida imediatamente pelo Ministério da Educação. A partir de então, quem seguisse o seu currículo completo obterá um diploma de ensino superior. Muitas centenas de conhecidos profissionais lá adquiriram ou aperfeiçoaram os seus saberes. Nomes? Eis alguns: Fátima Campos Ferreira, Judite de Sousa, Júlio Magalhães, Carlos Daniel, Carlos Magno, José Alberto de Carvalho... O arranque oficial do ano letivo de 1986/87 da Escola teve lugar no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras, presidindo ao ato o então Ministro da Educação José Augusto Seabra, ele próprio intelectual, político, poeta e jornalista. A nova instituição assentava no modelo cooperativo, agregando vários docentes da Universidade do Porto, bem como jornalistas, radialistas e outros técnicos da comunicação social, mantendo-se ela em atividade até 2004, embora esvaziada progressivamente, por decisão própria. Ela foi sempre dirigida por um académico da nossa Universidade. A Escola Superior de Jornalismo tornou-se mesmo pioneira, sendo a mais antiga do país a proporcionar aos seus estudantes uma carreira académica e simultaneamente uma via profissionalizante na área da comunicação social. Tendo estabelecido protocolos de cooperação com múltiplas empresas e instituições da sua área, cedo se associou à Universidade do Porto, de que alguns dos seus docentes eram professores. O acordo de mútua cooperação foi assinado em 24 de março de 1988.

E foi a partir de 1997 que surgiu a ideia de uma integração dessa Escola na Universidade. As discussões e negociações foram conduzidas pelos responsáveis das duas instituições, que chegaram a acordo sobre essa fusão, em julho desse ano. O então reitor da U.P. enviou um ofício ao presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Letras, em 26 de setembro de 1997, comunicando-lhe que “surgiu a vontade e o acordo mútuo de integração da E.S.J. na U.P., entendendo esta reitoria que a Faculdade de Letras (...) seria o espaço que reúne as condições mais adequadas a uma tal integração. Assim, coloco à consideração da V. Ex.<sup>a</sup> esta possibilidade...”. Contudo, algumas dificuldades de concretização desse acordo foram surgindo (a Escola era privada e pertencia ao ensino politécnico, enquanto a Universidade, não). Aliadas, depois, a mudança de reitor, a uma nova orientação governativa, às exigências dos órgãos institucionais da própria universidade, algumas dificuldades imprevistas atrasaram a conclusão do

processo. Assim, só em 1999 ficou decidido que a Universidade do Porto abriria o seu próprio Curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação, assente numa parceria entre quatro faculdades, a saber, Letras, Engenharia, Economia e Belas Artes, recrutando professores onde os houvesse, mas privilegiando a integração dos docentes graduados da Escola Superior de Jornalismo, os quais seriam preferidos, em igualdade de circunstâncias. A Escola, como contrapartida da absorção dos seus docentes e funcionários, não receberia mais alunos, encerrando quando os últimos se formassem, ou esgotassem os prazos legais de frequência.

A sua biblioteca e material audio-visual de interesse (como câmaras, mesas de mistura, cabos, etc.) seriam cedidos à Universidade do Porto que, por sua vez, guardaria o arquivo informatizado da Escola, entretanto encerrada.

Este relato sucinto daquilo que ocorreu permite-nos perceber a razão principal pela qual a Universidade só abriu o seu próprio Curso nesse ano de 2000. Não se tratava de uma absorção pura e simples do que já existia, mas de uma criação “ex novo”, a qual tinha em conta múltiplas experiências, entretanto surgidas, tanto em Portugal, como fora das suas fronteiras. A década iniciada em 1990 coincidiu, aliás, com um período de criação de cursos de jornalismo e comunicação em universidades públicas (casos da Nova de Lisboa, do Minho e de Coimbra) e em muitas instituições privadas, tanto politécnicas como universitárias. Hoje existem dezenas de cursos superiores na área de jornalismo e ciências da comunicação, o que produziu uma verdadeira saturação, em termos de mercado de profissionais. Contudo, há que referir que esta continua a ser uma área de grande atração de estudantes. Nas várias instituições, sobretudo públicas, não se assiste à falta de candidatos para este curso, mesmo sendo o seu custo médio bastante elevado (como é o caso de algumas universidades, de tipo privado – a Católica, por exemplo).

Voltemos ao curso de Jornalismo da Universidade do Porto. Refira-se, desde logo, que essa área de estudos fez parte do plano estratégico do seu desenvolvimento, desde 2000. Por isso, o reitor Prof. Novais Barbosa a contemplou com especial atenção. Nomeou, para discutir e estruturar o seu currículo, uma comissão “ad-hoc”, onde se encontravam académicos e profissionais, em exercício efetivo de funções.

Essa comissão era composta por docentes provenientes das quatro faculdades fundadoras, as quais subscreveram um protocolo de funcionamento partilhado desse curso.

No início do ano de 2000 esse protocolo foi efetivamente assinado perante o reitor e, daí em diante, as quatro faculdades acolhem o Curso, fornecendo-lhe os respetivos docentes. A Faculdade de Letras funcionou sempre como a “âncora institucional” e, portanto, o diretor do curso é um dos seus docentes.

Como poderemos caracterizar sinteticamente este curso na data da sua fundação? A nota mais evidente é que ele se distanciou intencionalmente de todos os seus congéneres das universidades portuguesas. No pré-delineamento do seu currículo, foram analisados cuidadosamente outros, ministrados nos vários

países europeus, no Brasil, na América do norte, e até, na Austrália. O objetivo era apercebermo-nos daquilo que de mais avançado se ia fazendo no mundo, sem nunca olvidar a realidade concreta para a qual ele se dirigia. Por isso ele pretende combinar uma formação em Humanísticas (Ciências Sociais) com a vertente das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e as dimensões estética e gráfica. Depois de frequentarem um tronco comum, nos dois primeiros anos, os alunos optavam, a partir do terceiro ano, por uma das seguintes especializações: Jornalismo / Assessoria de Comunicação / Comunicação Multimédia. Pretendeu-se um leque vasto de saídas profissionais, das várias formas de jornalismo (escrito, radiofónico, televisivo e *online*) aos gabinetes de imprensa e de imagem, passando pela produção de *software* educativo ou de materiais multimédia de todo o tipo. Pretendeu-se também que o curso tivesse uma forte componente prática, em estúdio, laboratório multimédia e redação informatizada, com os alunos a trabalharem em projetos e, logo que possível, em produções para a Universidade ou para o exterior. Em cada semestre haveria um equilíbrio entre disciplinas teóricas e práticas.

A formação oferecida, ao nível da graduação, estruturava-se, portanto, num tronco comum, ao longo dos dois primeiros anos e em três opções posteriores, a saber: Assessoria de Comunicação, Jornalismo e Comunicação Multimédia. O funcionamento de opções permitiria ainda uma formação complementar variada e adaptada aos interesses dos estudantes.

Todo o Curso foi organizado em regime semestral e em unidades de crédito, em número total de 132, portanto em condições de fácil adaptabilidade às condições da declaração de Bolonha, que tenderão a uniformizar os modos de funcionamento de todo o ensino superior no espaço da União Europeia.

## 2.6. Departamento de Geografia: génese e consolidação

Helder Marques

No artigo de abertura da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia)* publicada em 1988, Rosa Fernanda Moreira da Silva fixou o essencial da história dos intensamente vividos quinze primeiros anos da licenciatura (Curso de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – 1972/88), desde a sua criação pelo Decreto-Lei nº 205, de 20 de junho de 1972. O curso tinha nascido com apenas 12 alunos e um corpo docente residente diminuto. Mais tarde, na nota introdutória da revista que ficou enquanto repositório das comemorações relativas aos vinte e cinco anos de vida da licenciatura em Geografia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1998) diz-se que, até então, refletindo a progressiva democratização do acesso ao ensino superior, tinham saído formados na escola do Porto cerca de 1200 licenciados, acrescentando-se que acabava de ser aberto o primeiro curso de mestrado denominado *Dinâmicas Territoriais e Ordenamento do Território* (1995/1997). Ao percorrê-la, depois de ler as comunicações dos diversos conferencistas convidados, fecha-se, não por acaso, com um pequeno texto sintomaticamente intitulado *Orlando Ribeiro (1911-1997): o mundo à sua procura*.

Foi, de facto, um tempo de busca incessante, um tempo de juventude, de irreverência, mas também de afirmação no quadro da Geografia portuguesa. Tempos que fluíram desiguais, à medida de cada um, sempre na igualdade do direito inalienável da liberdade plena de ensinar e aprender e que conduziram à constituição enquanto departamento, consignado nos Estatutos da FLUP (D.R., II Série, nº 103, de 4 de maio de 2000). Tempos que permitiram também estruturar e definir temáticas de investigação fundamental e aplicada em diversas áreas do conhecimento geográfico, mas também da formação de professores, tanto mais necessária quanto uma boa parte da disciplina era ensinada nas escolas do ensino básico e secundário por docentes por vezes sem habilitação pedagógica e científica adequada.

Do núcleo inicial de professores, sem qualquer menosprezo pelos restantes, destaca-se a tenacidade feminina das Professoras Rosa Fernanda Moreira da Silva e Nicole Françoise Devy Vareta. A primeira, vinda da Universidade de Coimbra, onde se licenciou, em 1966, defendendo a tese que levava o título *A área das doações – seus problemas agrários*, à Universidade do Porto onde, em 1981, se doutorou em Geografia com a tese que trazia o título *Paisagens agrárias das planícies e colinas minhotas – contrastes e mutações*. A segunda, licenciada em Geografia numa universidade mais arejada, situada para lá dos Pirinéus, até então leitora de francês e que viria a ser uma referência nos estudos de biogeografia, nomeadamente nos relativos à floresta portuguesa.

Claro que a escola do Porto não poderia ter atingido a idade adulta sem o apoio de outras instituições. Da Universidade do Porto vieram professores da Faculdade de Ciências e do Departamento de Planeamento

da Faculdade de Engenharia. Da Universidade de Coimbra vieram Doutores em Geografia, a exemplo dos professores José Manuel Pereira de Oliveira e Fernando Rebelo que lecionaram diversas disciplinas da licenciatura e, mais do que isso, orientaram dissertações de mestrado e teses de doutoramento da maioria dos atuais docentes. Aprendemos também, nestes primeiros tempos, com os Professores Ilídio do Amaral e Suzanne Daveau, vindos da Universidade de Lisboa.

A partir daqui, pode dizer-se que se entrou numa segunda fase, agora marcada por um maior amadurecimento, consolidação e, porque não, alguma serenidade. Foram definidos quatro eixos estratégicos, a saber: investigação fundamental; planeamento, ordenamento e gestão do território; cartografia e sistemas de informação geográfica; e ensino da Geografia - logo vertidos tanto na nova estrutura curricular da licenciatura em Geografia, iniciada no ano letivo 2001/2002, como no curso de *Mestrado em Planeamento Urbano e Regional* principiado em 2000/2001, ou ainda nos *Cursos Integrados de Pós-Graduação em Geografia Humana: Território e Desenvolvimento* e *Gestão de Riscos Naturais*, ambos iniciados em 2002. Depois, a partir do ano letivo 2007/2008, adequou-se a resposta ao desafio de Bolonha que consubstanciou a oferta dos atuais três ciclos de estudo.

No decorrer do ano civil transato, os membros do Departamento de Geografia, todos habilitados com o grau de Doutor, publicaram em livros ou revistas nacionais e internacionais, algumas delas de referência, cerca de 100 títulos, entre os quais duas dezenas de livros ou capítulo de livros, igual número de artigos em revistas internacionais ou nacionais da especialidade, perfazendo ainda mais de cinquenta artigos reproduzidos em atas de encontros científicos internacionais e duas dezenas em nacionais. Além disso, organizaram congressos nacionais e internacionais, participaram com comunicações em seminários e lecionaram em cursos de pós graduação um pouco por todo o mundo. Releve-se ainda que, desde a origem, tudo somado, os geógrafos do Porto publicaram um número já muito próximo dos mil títulos, alguns ainda de juventude, é certo, mas outros, sobretudo os mais recentes, com qualidade internacionalmente reconhecida. Em 2010 estavam também em execução oito projetos de investigação científica financiados pela FCT, alguns internacionais e coordenados por professores do departamento.

Além do investimento que tem sido feito na extensão científica, nomeadamente na revisão científica e pedagógica de manuais escolares, no apoio sistemático às atividades ditas extra curriculares, particularmente nos domínios do ambiente e do ordenamento do território em que os geógrafos do ensino secundário empenhadamente se envolvem, acrescente-se o crescimento e a visibilidade da investigação aplicada e a prestação de serviços à comunidade. Foram estabelecidos, com a finalidade de transferência do conhecimento, dezenas de protocolos de colaboração com diversas instituições, desde câmaras municipais e outras instituições da administração pública, a empresas privadas sedeadas sobretudo na região norte de Portugal, atingindo um valor próximo dos duzentos mil euros, reportado apenas a 2010. Bastará consultar o *site* da recentemente constituída UNAPS para verificar a diversidade da oferta

desenvolvida a partir dos docentes do departamento e dos jovens investigadores que com eles trabalham.

Outra das apostas é, sem dúvida, a formação graduada e pós graduada, conferindo aos estudantes saberes e competências, quer no uso das novas técnicas e tecnologias, a exemplo dos sistemas de informação geográfica, quer de uma forma geral no planeamento e ordenamento do território, às mais diversas escalas, da local à nacional, e desde as questões do intra-urbano, da morfologia e das dinâmicas económicas de incidência territorial, da rede urbana, da geomorfologia, dos riscos naturais, do desenvolvimento rural, etc.

Retomando a informação mais recente, refira-se que no conjunto dos anos de frequência curricular obrigatória, a licenciatura tem sido frequentada por um número próximo de 300 estudantes (296 no ano letivo 2010-2011), salientando-se ainda o aumento global da procura nos cursos de 2º ciclo (sendo o de Ensino da História e Geografia frequentado por 52 estudantes, o de Riscos, Cidades e Ordenamento do Território por 70, o de Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território por 75 e o de Turismo por 45) e, por fim, a consolidação do curso de Doutoramento em Geografia (frequentado por 29 estudantes no ano letivo 2010-2011).

Ainda em 2010, foram defendidas com êxito três teses de doutoramento, mantendo este curso a publicação anual dos *Cadernos* do curso de doutoramento em Geografia, iniciada em 2008 e editados com patrocínio da FCT e do CEGOT. Foram também defendidas 23 Dissertações de Mestrado: oito em *Riscos Cidades e Ordenamento do Território*, 15 em *Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território* e 4 em *Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do EB e ES*. Sincronicamente com as comemorações dos 50 anos da FLUP começam a sair os primeiros Mestres em Turismo, resultantes do esforço empreendido a partir de 2009.

Também no âmbito da logística tudo hoje é diferente do dealbar do curso de licenciatura nos idos de 1972. O Departamento de Geografia gere, no âmbito da FLUP, a Sala Orlando Ribeiro (biblioteca especializada em Geografia), a Mapoteca, o Laboratório de Cartografia e SIG (LABCART) equipado com *software* e equipamentos específicos para a cartografia e SIG e dois Laboratórios de Geografia Física.

No futuro, tal como o foi no passado e o é no presente, o Departamento de Geografia será sobretudo aquilo que os seus docentes e discentes quiserem que seja.

**II. ERA UMA VEZ...**



## 1. Elogio da “inutilidade”

(por altura dos cinquenta anos desta Senhora rebelde, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

João Teixeira Lopes

O sistemático bombardeamento da tecnoestrutura dominante far-nos-ia acreditar na inutilidade das humanidades e ciências sociais, confinadas a uma espécie de gueto societal, destinadas a definhar perante a insistência nas virtudes de um utilitarismo de alta intensidade. Sentimos bem a lógica instrumental a entrar-nos pelas janelas das salas de aula. Não raras vezes dissemina-se um sentimento de desconfiança face a tudo o que é supostamente «teórico», como se a prática fosse um momento desligado da teoria, como se a prática não fosse a teoria em ação, como se a teoria remetesse para uma metafísica de nenúfares celestes. Outras vezes, a postura instrumental toma conta de mentes e corpos. Calcula-se uma nota a atingir e doseia-se o esforço intelectual. Acontece, ainda, o desinteresse generalizado por tudo o que desafie a preguiça instalada, ora em tom de desafio, ora em puro desespero de vencido. Mas temos resistido, na Faculdade de Letras, com heroicidade: milhares de alunos e de professores persistem, obstinadamente, em fazer das suas escolhas algo mais do que mera submissão ao indolente espírito do tempo, traduzindo, escrevendo, analisando, intervindo cada vez com maior sagacidade e repercussão. Suicidas? Líricos? Tontos?

Inversamente, os fundamentos da *nova gestão pública* deixam de ser um meio, transformando-se num fim em si mesmo, controlando, com tirania centralizadora, o trabalho académico, doravante transformado num cabaz de “produtos” quantificáveis. A gestão pela gestão, visando *rankings* ou financiamentos. A lógica empresarial mata a Universidade?

Neste contexto, a Faculdade de Letras seria, afinal, uma enorme fábrica de inutensílios: os mesmos que constituem as ferramentas para além da utilidade do pronto-a-vestir intelectual. Do ponto de vista hegemónico, uma acumulação de desperdícios, em tudo avessos aos sacrossantos princípios da eficácia e do rigor (definidos ideologicamente e de forma unidimensional, logo fortemente redutora). Do ponto de vista contra-hegemónico, um início: o resgatar de possibilidades de pensamento assente na crítica, na duração e no contexto. Pensamento, enfim, de ocupação do futuro.

Jacques Derrida, numa conferência proferida na Universidade de Stanford, em 1998 (Jacques DERRIDA, *A Universidade sem Condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003), coloca o dedo na ferida: só há Universidade respeitando o princípio de “resistência incondicional” – resistência a todos os poderes estabelecidos (sem negar – e aqui me afasto do filósofo - que essa resistência se assume ela própria como poder): religiosos, políticos, económicos, mediáticos.

Ora, esta *resistência* necessita, para ser plena e eficaz, de se conciliar com a *autonomia*, a *dissidência* e a *invenção*. Numa palavra, “o direito principal de tudo dizer (...) e o direito de o dizer publicamente, de o publicar”.

Imagino já o escárnio dos tecnocratas: eis a prova completa da loucura das “letras”...mas sim, esta é a condição constitutiva de um espaço público: autonomia para dizer e conflitar; dizer o difícil e o interdito, afirmando a dissidência e inventando a palavra nova – palavra que, performativamente, produzirá os seus efeitos concretos e reais. Ainda Derrida: “A universidade deveria ser também, portanto, o lugar onde nada pode isentar-se de ser posto em questão, e nem sequer a figura atual e determinada da democracia; e nem sequer a ideia tradicional de crítica como crítica teórica, e nem sequer a autoridade da forma «questão», do pensamento como «questionar»”. Em suma, nesta radicalidade, nada pode escapar ao (contra) poder da universidade. Daí a necessidade de o domesticar e de o trazer entretido, mansamente, pela trela. Daí, também, a inevitável heresia das humanidades e das ciências sociais face ao espírito do tempo.

Defendo, então, que devem as políticas públicas – e o Estado – abdicar de margens do seu poder em favor deste poder à margem (a Universidade), proporcionando-lhe as condições (financeiras, jurídicas, políticas, ideológicas) de o afrontar, quando necessário. O que não significa, que fique claro, que a Universidade seja um lugar soberano e sagrado, mesmo quando ela é capaz de fazer a crítica de si própria. Ao fazer parte do espaço público de uma democracia emancipada, ela trava conflitos com outras instituições e poderes – e nessa relação se limita e define, sem a nada ficar imune. A situação atual, todavia, é o contrário de tudo isto: estrangimentos burocráticos, precarização de docentes a tempo parcial, incapacidade de renovação do corpo de professores, asfixia burocrática...

Eis então uma missão para as “letras”: contribuir para a emancipação da própria Universidade, questionando os limites da racionalidade instrumental e propondo uma inutilidade útil: a única que permite ao pensamento morder a própria cauda.

Nesse afã, a sociologia, permitam-me que dela agora fale, terá sempre a propensão para des-naturalizar e contextualizar, sem pretender conhecer a causa “última” e “verdadeira”, mas contribuindo para uma visão não divinizada da ação humana – uma visão dos seus estrangimentos, das suas coordenadas e das suas possibilidades. Um mundo social com os seus lugares e sujeitos (sem uns aos outros se reduzam), suas desigualdades e diferenças, suas necessidades e seus sonhos, suas leis e suas fugas. Neste sentido, a sociologia só será sociologia se for crítica, se desvendar, se for uma implacável atividade de destruição de mitos. Tudo o mais cabe em variantes da engenharia social.

Assim, não deverá a própria Universidade escapar a este olhar do avesso: só há ciência no perscrutar do oculto, lembra Bachelard, ou do que se desvenda, ainda que resistindo. Poderes (formalizados ou implícitos); desigualdades e hierarquias (académicas e simbólicas, mas também sociais, económicas e culturais); rituais autoconsagratórios; dispositivos de controlo panóptico; institucionalização da anomia e

da exclusão, para certas relações sociais científicas e seus agentes. Respostas, em suma, a perguntas tão simples quanto incômodas: por que razão certos temas são objeto preferencial de pesquisa e outros tão rapidamente remetidos ao silêncio? A que se deve uma persistente dominação masculina nos cargos de topo da carreira acadêmica, apesar de inegáveis mudanças na esfera do gênero? Quais as lógicas – assumidas e ocultas - da citação, da hipercitação, da subcitação e da ausência de citação de autores, obras e referências? A quem servem os desenhos organizacionais dominantes? Que desigualdades de percurso se vão estruturando na carreira acadêmica, para além das desigualdades iniciais de acesso? Que conexões entre tais desigualdades (digamos: internas) e outras mais vastas, das formações sociais em que nos inserimos (digamos: externas)? Que regras de transmutação/tradução/traição entre umas e outras? Sociologia da Universidade e sociologia da própria ciência (incluindo, *a fortiori*, a sociologia da sociologia), exigências, assim o penso, de um modo de relação não cínico com a produção do conhecimento.

.....

Pensar o mundo, expressar o que é pensado, transformar. Compreender o mundo e mudá-lo (sendo que a compreensão é o ponto de partida para a mudança). Pensar *de outra maneira* e transformar *de outra maneira*.

E não nos esqueçamos jamais que o estado em que o mundo está dispensaria de imediato a barbárie da utilidade em que nos destruímos.

## 2. Do coq au vin ao bacalhau com todos – ser estudante universitária entre maio de 68 e abril de 74

Isabel Pires de Lima

Este texto com o presente título e idêntico parágrafo final foi escrito, quase *ipsis verbis*, em maio de 1995, para assinalar a passagem dos 25 anos da criação do primeiro curso de Filologia Românica na FLUP. Aqui fica como um testemunho de uma vivência estudantil nos 50 anos de vida da FLUP.

Era uma canseira ser estudante universitária nessa época! Uma canseira gostosa, todavia... E esse sabor bom não é apenas sentido "a posteriori", decorrendo tão só de, em qualquer circunstância, ser bom ter 20 anos. É um sabor que nascia da certeza que tínhamos - não preciso lembrar que só tínhamos certezas - de que tudo ou quase tudo estava errado, mas que iríamos, com os cabelos longos, os "jeans" recém-descobertos e as cartilhas revolucionárias várias debaixo do braço, mudar o mundo, mais que o mundo, a própria vida. Esse conceito vago e amplo que nos galvanizava - a Revolução - era para ser concretizado amanhã. Quer os seus mentores fossem Marx, Cristo ou Mao, esse era o sopro dos dias.

Chegar à Universidade no ano letivo de 1969-70, como foi o meu caso, significou, portanto, chegar depois dos Maiores de 68, o francês e o nosso, o da agitação estudantil dessa década em Coimbra e Lisboa, sobretudo. Quer isto dizer que pertencemos a uma geração que já não entrou "inocente" na Universidade. Por muito eficaz que fosse a censura instituída pelos poderes da época - e digo poderes no plural porque, para além da censura imposta à liberdade de expressão pelo então já velho Estado Novo, havia formas diversas de censura mais ou menos imposta por outros poderes, o da família, o da Igreja, o da moral dominante, isto para além de uma censura insidiosa e perversa que se exercia sem que disso tivéssemos a mais das vezes sequer consciência, a auto-censura; mas por muito eficaz que fosse a censura - e pontualmente já nem o era - e por muito longe que se estivesse ainda da parabólica aldeia global de hoje, o tal sopro dos dias tinha mudado com o eco distante desse "coq au vin" confuso que fora maio de 68, proclamando a urgência de fazer a "révolution essentielle", como se gritava num dos cartazes de então.

A Universidade tinha feito há pouco, na sequência das últimas reformas marcelistas, um esforço de abertura - ou um simples descanso na vigilância, como preferirem - e começava a ver-se invadida por vagas de estudantes de origem social diversa, galgando anualmente às centenas as suas portas. Mas mesmo assim a maioria de nós era ainda oriunda de setores sociais privilegiados, moldada por uma educação tradicional e tendo tido uma experiência de ensino secundário, nos liceus e colégios da época, regulada por uma rígida disciplina. "Sois jeune et tais-toi", outro dos cartazes de maio de 68, adequava-se à nossa situação. A Universidade aparecia, então, pelo menos para alguns de nós, com espírito mais rebelde ou curiosidade mais aguçada, como um espaço de liberdade, em relação ao qual as expectativas eram grandes, um espaço onde a contestação era possível ou a contestação possível era possível.

Não se torna necessário dizer que a Universidade que nos esperava, pelo menos em termos institucionais, respondia muito pouco a essas expectativas. Era uma instituição em crise, que se por um lado tinha consciência de que os tempos da mudança estavam eminentes e não conseguia já impermeabilizar-se relativamente a esse novo sopro dos dias, por outro encenava ainda o seu secular estatuto de sede hierática do saber.

Muitos, rapidamente, sentimos vontade de gritar com os nossos colegas franceses - "Fin de l'Université" -, sem que isso fosse incompatível com um certo prazer de a frequentar, de a sentir como espaço de convívio, de ter a sensação que era lá que as coisas aconteciam ou podiam acontecer - e aconteciam discussões, "meetings", invasões da polícia, R.G.A.s, debates ideológicos que separavam águas entre fascistas e revolucionários - é claro que só havia estes dois campos cultivados, no meio era o deserto do nosso desinteresse -, discussões que opunham revolucionários e mais revolucionários, mais revolucionários e mais, mais revolucionários, etc., etc. Recordo - e digo-o sem ironia, ou só com alguma - a brilhante e inteligente voz do "opinion maker" revolucionário, Pacheco Pereira, perorando para as massas da escada interior do velho edifício das Letras; recordo, em contraponto, um tal Sotto Mayor, líder assumido da dama do regime, que se recusaria, pouco depois, na manhã do 25 de abril, a cumprir ordens superiores de disparar de dentro de um tanque militar contra as forças revoltosas.

Este clima eferescente coexistia com o tom cinzento que a Universidade e algum do seu saber persistia em ter e com uma certa aura de luz que o curso de Filologia Românica, recém-nascido, conseguia emanar. É que, se ser recém-nascido é incómodo - tem-se dificuldade em encontrar ar para respirar e não se tem acesso à palavra -, permite por outro lado um estado de graça, onde experimentar, explorar, retirando prazer desses gestos, é possível. As dificuldades foram imensas: éramos os parentes pobres da província que chegam à cidade de mãos a abanar. Faltava tudo - livros, salas, cadeiras, professores - mas havia um empenhamento persistente de um corpo docente jovem, aberto à mudança e que, por diversas ocasiões, sentimos cúmplice dos estudantes. E quando falo em mudança, refiro-me muito concretamente à sua prática pedagógica, aos conteúdos programáticos escolhidos, ao tipo de relacionamento com os estudantes. Sentar-se à mesa de um café com os seus alunos, como alguns dos meus professores faziam (e lembro em especial os Professores José Adriano de Carvalho e Arnaldo Saraiva) ou entregar aos estudantes a responsabilidade de dar uma aula, como a Prof<sup>a</sup> Maria de Lurdes Belchior fomentava, eram então comportamentos inovadores. Promover atividades culturais exteriores à prática letiva, fosse criar um grupo de declamadores ou fomentar encontros para falar de literatura contemporânea, como alguns professores fizeram, era coisa rara e geradora de incompreensões. (Recordo que foi assim que descobri a poesia de Eugénio de Andrade ou a ficção de Agustina Bessa-Luís.) Impedir a entrada da polícia na sua sala de aula, como fez o Prof. Joaquim Fonseca, era um gesto, no mínimo incómodo, mas eu testemunhei-o. Por tudo isto, nós, os de Românicas, sentíamos-nos diferentes. Aqui fica o meu obrigada, quase quarenta anos depois.

Repito: Era uma canseira ser estudante universitário naquela época! Havia tudo isto, o bom e o mau, e ambos nos motivavam à ação. Havia muitas flores nos cabelos, muita música no ar, muitos sonhos "hippies"

de paz e amor - houve até, em Vilar de Mouros, um Woodstock à portuguesa - mas havia, entretanto, o espectro longínquo e próximo da guerra colonial (e um chumbo podia significar o mergulho antecipado nessa nossa guerra que não era nossa), havia ainda o eco perturbante do Vietnã e a contestação pacifista da jovem América. Havia os ingredientes suficientes para fazermos nossa a célebre proclamação de maio de 68 - "Soyons réalistes: demandons l'impossible".

O impossível chegou um dia sob a forma de real com as flores que o tempo primaveril e os tempos pacifistas pediam. Em abril de 74, a Revolução deixou de ser para amanhã, passou a ser para hoje mesmo, de uma abstração projetada num vago futuro, passou a constituir algo a ser concretizado em cada dia que amanhecia. E a canseira aumentou! A Universidade não escapou ao turbilhão em que o sopro dos dias se transformou. E se antes, na Universidade, iam acontecendo coisas, agora, aconteciam a um ritmo torrencial, que mesmo os nossos vinte anos tinham dificuldade em acompanhar - aconteceu o estado de R.G.A. permanente, aconteceram saneamentos (entre nós, poucos, diga-se em abono da verdade), aconteceu a chegada de alguns, até aí afastados do ensino universitário (foi o caso do nosso Prof. Óscar Lopes), aconteceu a visita de grandes nomes da cultura, como Sartre e Simone de Beauvoir - esta última que eu tive a ousadia inconsciente ditada por um feminismo entusiasta de entrevistar - a falarem para centenas de estudantes sedentos, aconteceu a alteração dos "curricula", dos programas, do regime de gestão... Acontecia, acontecia, acontecia... E a este acontecer respondíamos com participação, participação, participação. Havia "bacialhou com todos" para todos... uma canseira, enfim! A Universidade, nesse final de ano letivo, teve muito menos aulas, é verdade - o meu italiano foi disso vítima e ficou para sempre débil -, mas não se deixou de aprender, aprendeu-se o improvável. Entre acertos e desacertos vários, a Universidade foi cumprindo a sua função educativa. Perdeu-se muito tempo, ganhou-se muito. E eu sinto-me bem colocada para dizer isto, uma vez que, nesse ano de 74, que valeu anos, fui discente e fui docente.

Este clima prolongou-se por algum tempo - tempo breve para uns, longo demais para outros -, tempo intenso em todo o caso, o tempo possível para as paixões. Só o fogo da paixão nos poderia animar ainda, poucos anos depois, quando militantemente carregámos centenas de cadeiras, arrecadadas no velho casarão do Campo Alegre para o então novo edifício das traseiras, a fim de que as aulas começassem o mais cedo possível. Perdemos tempo. Talvez. De um certo ponto de vista. Eu poderia ter feito o meu doutoramento uns dois ou três anos mais cedo, ter sido mais bem comportada. Certo. Teria perdido o novo sopro dos dias. Teria sido outra. Se calhar para bem de todos e mal meu. Ou o contrário. Fui realista: pedi o impossível!

Hoje? Hoje, continuamos na Universidade, irrealistas a pedir o possível.

### 3. A Casa das Taipas e a génese das Germânicas

José Luís de Araújo Lima

O Departamento de Estudos Anglo-Americanos (D.E.A.A.) tem a sua origem na Secção de Filologia Germânica, que iniciou a sua atividade na Universidade do Porto no ano letivo de 1972/73, no edifício onde estava sediada a Faculdade de Letras, no Largo atualmente chamado de Abel Salazar, ali ao pé do Hospital de Santo António. Trata-se de uma zona com edifícios importantes de talha “britânica” de uma cidade com afinidades conhecidas com o Reino Unido.

Nessa altura o chamado curso de *Germânicas* correspondia, muito *grosso modo*, àquilo que é hoje o Inglês-Alemão, e a ele tinha acesso quem tivesse sido aprovado no “exame de aptidão”, com provas escritas e orais daquelas Línguas, ditas “nucleares”, e nota final obtida com a média das duas.

Nesse ano inicial de 72/73 eu era Assistente Estagiário da Faculdade de Letras de Lisboa, mas tinha ficado claro que viria para o Porto na primeira oportunidade. A insistência para que viesse aconteceu depressa, e ainda cheguei a tempo de assistir a exames da Mrs. Gwen Andrade, Diretora do Instituto Britânico, e do Derek Naylor, ali professor, os dois contratados para a área de Inglês das Germânicas. Para a área de Alemão tinham entrado a Prof.<sup>a</sup> Maria Manuela Campos e o António Franco, que viria a ser um dos nossos alicerces. Sei que este tinha mais de 500 alunos em Alemão I e que, na apresentação, o Anfiteatro Nobre estava apinhado de gente em pé. Como é possível dar aulas de Língua em turmas de mais de 100 alunos? Se havia problemas por cá, como constava, deviam ser decorrentes da relação inadequada entre o número de docentes – só quatro nas áreas “nucleares” – e o número de alunos (mais de quinhentos). A entrada das Germânicas no Porto parecia ter-se feito sem planificação eficaz.

Para a abertura do ano letivo de 73/74 estava a ser preparada casa nova. O edifício que, na FLUP, foi atribuído às Germânicas, e só às Germânicas, ficava na Rua das Taipas, a fazer curva para a esquerda e para baixo – um bom edifício (mais tarde viria a ser ocupado pela Faculdade de Psicologia), antigo, robusto e com carácter, mas com algumas falhas de adequação aos objetivos para que iria servir – as salas eram de menos; a biblioteca pequena, logo à esquerda da entrada, e era impossível ter silêncio; e não havia zona de convívio específica ou qualquer cantinho onde se pudesse tomar um café, pastel de nata ou... uma bola de Berlim.

Estávamos no início do ano letivo de 73/74. A entrada de alunos, outra vez uma avalanche: no princípio do 2º ano já estava ultrapassado o milhar. Não nos sentíamos muito tranquilos quanto à segurança de tanta gente. Estou a ver-me aos saltos com o Dr. Armando Morais e o António Franco no centro das salas, testando a sua resistência ao peso dos alunos. Não havia placas de betão, era tudo vigamento de madeira, e o soalho de tábuas corridas chiava e trepidava aos três saltões.

À duplicação do número de alunos correspondeu, se bem que em número insuficiente, a entrada de alguns docentes novos e também novos em idade, se excluirmos o Dr. Armando Morais, que se tornava uma figura tutelar. Acabavam de chegar a Belinda Maia, a Patrícia Kilcoyne, o Udo Közle... Na sala dos professores a porta não sossegava. Faziam-se as apresentações e indagações recíprocas. E era só abrir a outra porta da sala, para a Secretaria, onde se trocavam informações e esclarecimentos com a D.<sup>a</sup> Adélia. Era tudo novidade, estávamos cheios de energia. E começava-se a construir um ambiente.

As salas de aula enchiam-se de alunos, que eram sobretudo alunas, espevitadas por estarem agora na Universidade e uma ou outra algo destemperada pelos ares do 25 de abril: “Setor, diga por favor às minhas colegas que não têm nada que se meter, isso é só entre nós os dois!” No comentário aos textos a linguagem soltava-se: “Bom, a mim parece-me que o ritmo narrativo sugere masturbação da Maria dos Prazeres”... Na Universidade portuguesa já se tinham sentido as “libertações” de maio 68; o meu interesse pela Literatura do século XX habituara-me a ousadias temáticas e crueza de linguagem; mas ainda pertenci a uma geração de alunos que media o que dizia e perante a qual os docentes usavam de alguma contenção. O meu excelente professor de Literatura Francesa I (que fiz como opção) anunciou, no início do ano letivo, que afinal não ia dar um dos textos do programa “por causa das meninas”...

Mas por parte dos docentes o 25 de abril também trouxe novidades de comportamento. Um leitor de Inglês insistia comigo: “Mr. Lima, Mr. Lima, I'd like to have more boys in my classes!”. Para quem entendia que as raparigas nunca eram demais, o pedido pareceu esquisitíssimo... Só mais tarde a coerência de “perspetiva” daquele colega me fez juntar as pontas...e perceber.

Com o 25 de abril veio uma sensação de leveza, de abertura. As pessoas tinham ideias e queriam realizá-las. Mas esperava-nos um trabalho imenso. As comissões formavam-se umas após outras e eram, várias delas, em duplicado. Havia, por exemplo, a Comissão Central de Biblioteca, da FLUP, e a Comissão Departamental de Biblioteca, a nossa. Havia um representante nosso na primeira e outro na segunda, quando não estava a mesma pessoa nas duas. As reuniões do “Departamento” (chamávamos Departamento às *Germânicas*, embora, nessa altura, em rigor ainda o não fosse) eram frequentes e, além dos assuntos internos, havia que informar do que se passava no Conselho Diretivo da FLUP e decidir quais as matérias e propostas a apresentar. Mas o Conselho Diretivo era mais extenuante: podia haver mais do que uma reunião por semana, muito longas, às vezes tensas e a provocar nervosismo e cansaço demasiado em pessoas que acabavam por desejar desistir dos cargos. O Dr. Morais queixava-se que já andava “a falar sozinho pelas ruas”... Vários tipos de liderança provocavam choques de autoridade. Até na Biblioteca, uma área em princípio pacífica, houve tensões quanto à classificação e colocação dos “nossos” livros, e várias picardias para decidir se as estantes deviam ser abertas ou fechadas, com ou sem rede, qual o tamanho dos quadradinhos da rede...

No Conselho Diretivo estive muito tempo, e por isso fui experimentando períodos diferentes do pós-25 de abril. Era Presidente o Prof. Óscar Lopes, uma figura cheia de prestígio da cultura portuguesa e um grande professor. A sua linha partidária era conhecida e poderosa, mas nem ele próprio conseguia

ultrapassar algumas obstruções que ocorriam no Conselho, ou evitar algum acesso de extremismo desfocado. “A Faculdade tem que tomar partido contra a manifestação fascista no Estádio das Antas!”. Tratava-se da manifestação liderada por Mário Soares e pelo PS e apoiada pelo PPD de Sá Carneiro... A política, quer se quisesse quer não, andava na cabeça das pessoas. No início de 74/75 tinha entrado o Carlos Azevedo, um dos nossos baluartes do futuro. Ao vê-lo pela primeira vez na sala dos professores, a Patrícia segredou-me: “O que está aqui a fazer o Magalhães Mota?” Esses eram os momentos de humor do 25 de abril; mas também houve gritos de extremismo na nossa sala, só de quem olhava para o lado para saber como votar e trocou de repente o fato completo por calças e blusão de ganga...

A aprendizagem da democracia na Escola foi estimulante, estimulante de facto, mas teve os seus excessos. Houve um período em que os docentes só podiam ser contratados após votação favorável dos alunos em Assembleia do “Departamento”. O nosso Grupo, apesar das tentativas de “mensageiros” e “missionários”, não se ajustava aos moldes da “militância partidária”, não sei se em consequência de um espírito de abertura congénito, ou por assimilação dos valores associados a “Englishness”, ou pura e simplesmente por nele não haver univocidade ideológica ou “partidarites” agudas. Eu era daqueles que não queriam que os interesses diretos do “Departamento” fossem perturbados pela política, e era completamente insensível ao peso das diversas tendências. Talvez por isso fosse ganhando a confiança de muitos, mas não ainda a de todos os alunos. Por isso me foi difícil, uma vez, fazer aprovar uma contratação em Assembleia, aliás de alguém cujo brilhantismo multifacetado eu conhecia bem.

O que é certo é que, de um ponto de vista global, a experiência do 25 de abril, com momentos diferentes na sua evolução, é incontornável e importante na formação das Germânicas no Porto. Vivemos alguns excessos, mas sem conflitualidade paralisante; evidenciaram-se posições individuais divergentes, mas a voz pública do “Departamento” resultava de um debate interno democrático e motivador, em favor de uma inovação exigente. E ia-se construindo uma identidade própria. As discussões nos grupos de trabalho, as Assembleias, comissões e reuniões mil, tinham agarrado as pessoas ao lugar, umas às outras e, sobretudo, a uma causa comum.

Esse espírito, que alguns de fora, mais do que uma vez, haveriam de rotular “de família”, e mesmo a considerar único no país, nasceu na “Casa das Taipas”. Por um lado, a exclusividade do espaço físico – o edifício era só para nós - foi consolidando a causa. Por outro lado, o facto de, dentro dele, não haver zona de convívio específica, fez da escadaria interior uma espécie de tertúlia onde toda a gente se encontrava e conversava, alunos e alunos, alunos e professores, alunos, professores e funcionários (o Sr. João Garcez, o Sr. Silva, o Sr. Pires). Mas esse espírito, de que nos falamos de fora e que sentimos cá dentro, foi sendo criado, também ou sobretudo, pelo formidável trabalho que professores e alunos, em comissões paritárias, desenvolveram ao longo desses anos intensos em defesa de uma modernização do curso, adequando-o às necessidades novas e ao futuro que era possível prever. Abriam-se caminhos para a interdisciplinaridade; discutia-se a carga horária; dava-se maior peso à área da Linguística; flexibilizavam-se os elencos; tornavam-se possíveis mais ofertas, até de cadeiras de opção; procurava-se uma maior

variedade temática e cronológica; dava-se maior presença à literatura do século XX; procurava-se alargar a área dos estudos Norte-Americanos; discutiam-se os tipos e normas de avaliação; revia-se o tempo adequado a testes e frequências e as condições físicas da sua realização; aspetos sem fim que foram confirmando a seriedade com que se trabalhava nessas Comissões de Reestruturação. Passaram por lá o Dr. Morais, o Franco, o Udo, a Belinda, o Carlos, a Margarida Losa, o Gualter Cunha, o Vítor Cabral, o Jorge Ferreira, o Eduardo Ribeiro... Desse esforço incansável na Comissão de Reestruturação, que seria continuado pelo nosso Conselho Pedagógico-Científico, surge a primeira consequência oficial – a homologação de dois cursos autónomos a partir das duas áreas estruturantes da Filologia Germânica: os bacharelatos e licenciaturas em Anglistica e em Germanística, em abril de 1976, exatamente dois anos depois do 25 de abril.

Ao mesmo tempo que decorria aquele trabalho de reestruturação de métodos pedagógicos e planos de estudo, a nossa função principal - a da docência - continuava, e com inúmeras dificuldades práticas: para além do número excessivo de alunos, quase não havia livros. As livrarias do Porto ainda não estavam preparadas para a avalanche das Germânicas. A Livraria Universitária de Lisboa, onde eu tinha contactos, fez uma oferta, e o Instituto Britânico outra, mas eram de todo insuficientes. Em todo o caso, lá estava o Dr. Morais para arrumar os volumes no Instituto de Estudos Ingleses que nas Taipas ia nascendo. Outro nascimento de grande importância foi o do Laboratório de Línguas, que devemos à persistência e trabalho do António Franco.

Mas os docentes faziam de tudo, e não só o que estivesse relacionado com a sua função. Um colega queixava-se de ter a seu cargo a administração do papel higiénico... A outro tinha sido atribuída a gestão das salas. Era sempre uma azáfama, não havia tempo nem lugar para uma cachimbada, se bem que o Carlos fizesse tentativas, de que eu já desistira. Em todo o caso, e apesar do "levantamento" provocado pelo 25 de abril, os nossos objetivos de exigência não foram postos em causa. Não houve passagens administrativas, e a atribuição das notas, se bem que a escala de 0 a 20 tivesse sido adaptada a quatro escalões, fez-se de forma eficaz e com a justiça adequada à situação. As frequências continuaram a fazer-se, com as salas cheias de alunos e a necessidade de apoio de vários docentes.

O excessivo número de alunos foi um problema endémico dos anos de formação das Germânicas. Em 73/74, os meus ultrapassaram largamente os 600 no conjunto das duas cadeiras. Dois anos depois, um colega de outra Universidade que me viu com a caderneta das sete turmas de Introdução aos Estudos Literários, com treze centímetros de altura de boca, ironizou: "Onde é que você arranjou esse dicionário?"

Enfim, trabalho, trabalho e mais trabalho. E uma identidade a construir-se, no esforço, no diálogo, na perseverança. Também os tempos de convívio que se instituíram quase como regra e que amenizavam o cansaço das aulas, dos testes e das quantas comissões, grupos de trabalho, Assembleias e outras reuniões, contribuíram para a formação do espírito "de família". Festa de Natal, peças de teatro, refeições em casa de uns e de outros, ou os jantares de confraternização com os alunos, na Bolsa de Carlos

Alberto, na Churrascaria Rio de Janeiro, no Pingão lá no Cabo do Mundo... A boa disposição era contagiante, o espírito “de família” adensava-se.

Olhando para trás, para esses tempos difíceis mas empolgantes em que tudo começou, com essa saudade que a vertigem da vida mal deixa aquecer, tenho que afirmar que a génese das Germânicas na casa das Taipas foi uma experiência importante e solidária, que fez crescer, como pessoas e como docentes, a nossa percepção de nós próprios, dos outros e das coisas do mundo, e que muitos dos que a viveram, como professores, alunos ou funcionários, ficaram, entre si, unidos para sempre.

#### 4. Herança partilhada

Teresa Soeiro, Lúcia Rosas e Mário Barroca

*Em memória de Carlos Alberto Ferreira de Almeida*

Diferentes caminhos nos trouxeram até à FLUP, onde entramos na juventude para permanecer com breves intermitências. Aqui fizemos a licenciatura em História e, sendo já assistentes, as provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, à falta de Mestrado, a que se seguiu o Doutoramento.

**TS** – Cheguei à FLUP, como aluna, ainda no fim do marcelismo, quando a contestação estudantil estava ao rubro e o 1º ano do curso de História tinha componentes bastantes desinteressantes. Como poderiam as longas *dinastias* da Assíria e Babilónia ou os centímetros da lança dos legionários romanos, que nos queriam fazer decorar, competir com a urgência de clamar por um futuro diferente para o país e para a escola, onde não se franqueasse a entrada para as investidas policiais do capitão B.?

Destes dias passados entre o Piolho e a Faculdade, ainda instalada no atual edifício das Biomédicas, recordo pela positiva dois professores. Januário Torgal, bom comunicador, e entusiasta do que nos lecionava, Cultura Clássica. Foi a ele que tocou a aula da manhã do 25 de abril, em que expôs a matéria prevista e de seguida não se furtou a comentar o que se passava na rua. O outro docente que prendia a nossa atenção, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ensinava Pré-história de uma forma algo bizarra. Nesses verdes anos tínhamos dificuldade em perceber que, por exemplo, numa aula nos falasse das linhas de força da hominização, assunto já de si difícil, e uma semana depois mandasse riscar os apontamentos porque lera obras acabadas de publicar onde se formulavam novas hipóteses.

A prática arqueológica aprendia-se na estação-escola de Fiães, onde os alunos interessados eram convidados a participar na escavação, aos sábados. No verão a pesquisa prosseguia no Citânia de Sanfins.

E assim decorreu o ano até que, depois de mais uma entrada policial e dos consequentes processos de suspensão de colegas, chegou a primavera de 74 e a Faculdade transbordou em iniciativas. Foi o encantamento de escutar proeminentes figuras da cultura internacional que queriam o debate, as intermináveis reuniões para montar os novos currículos, a vontade de sair fora de portas e estudar o *país real*.

Embora gorado, o projeto de ir em equipa para a aldeia de Pitões das Júnias realizar a monografia da comunidade abriu-nos novos horizontes. A preparação fez-se com cursos breves, aos estudantes foram distribuídos os temas e emprestada a bibliografia. Não tivemos condições de seguir para Montalegre, mas a Etnografia veio para ficar.

distribuídos os temas e emprestada a bibliografia. Não tivemos condições de seguir para Montalegre, mas a Etnografia veio para ficar.

**LR** – Quando, no ano letivo de 1975/1976, entrei para a Faculdade de Letras escolhi o curso de História. Os alunos podiam então definir praticamente todo o seu plano curricular, excetuando uma ou duas disciplinas obrigatórias em cada ano.

A escolha que fiz teve como única motivação o interesse pelas matérias ou seja, optei exatamente pelo que mais me agradava. Etnografia Portuguesa, Movimentos Populares na Idade Média e História Contemporânea II parecem configurar um conjunto incoerente para a formação de um estudante que acaba de entrar para o 1.º ano. Cronológica e tematicamente é certo que o era, mas nem por isso deixou de ser decisivo para a minha formação e, sobretudo, para despertar vocações que até agora têm marcado a minha vida académica.

Na disciplina de Etnografia Portuguesa, tanto o programa como as matérias leccionadas nas aulas deixavam uma impressão caótica. Que matéria é esta? Que relação existe entre as partes? Aparentemente, nenhuma. Ouvir durante duas horas, numa sala gelada do Seminário de Vilar, discorrer sobre a *Flauta Mágica* de Bergman ou sobre a bênção do gado em dia de S. Mamede – quando se enfeitavam as vacas com flores e fitas coloridas – era então, ora incompreensível ora fascinante, ora fator de risos incontroláveis.

Mas não tenho dúvidas em dizer que a forma de pensar e de abordar os temas constituíram uma experiência de alargamento de horizontes, de liberdade de pensamento, de entender que não importa só saber os factos. É preciso interrogá-los e relacioná-los entre si. Ao longo do curso houve certamente várias disciplinas de que não gostei. Quase não me lembro delas. Tenho agora muito mais a consciência do sentido inovador dos temas e perspectivas que tive a sorte de aprender.

**MJB** – Em dezembro de 1978, quando se iniciava, calmamente, o ano letivo de 1978-1979, entrei pela primeira vez nos portões do nº 1055 da Rua do Campo Alegre, para onde a FLUP se tinha transferido. A variante de História da Arte e Arqueologia do curso de História acabara de surgir e foi nela que me matriculei. Os meus interesses estavam, então, direcionados para a Arte Contemporânea, particularmente para os anos 60 do século XX e para as tendências mais vanguardistas. À entrada para a Faculdade, tudo nos parecia novo e fascinante. Procurávamos assistir a todas as iniciativas que nela decorriam, procurando tirar delas o máximo partido. Recordo-me que, poucos meses depois de se iniciarem as aulas, em março de 1979, estavam marcadas umas provas de Doutoramento, as primeiras que presenciei. Sem saber muito bem em que consistiam aqueles dois dias de provas, resolvi ir assistir. O doutorando chamava-se Carlos Alberto Ferreira de Almeida, para mim (ainda) um ilustre desconhecido. Sentados na mesa do júri estavam alguns historiadores que conhecia de leituras (A. H. de Oliveira Marques, José Mattoso). E eu, num anfiteatro apinhado de gente, mal sonhava que estava a assistir ao doutoramento de alguém que iria mudar o curso da minha vida.

As aulas do primeiro ano convenceram-me que a Arqueologia era a área a que me iria dedicar, mas foi no segundo ano, com as disciplinas de Arqueologia Medieval e de Arte Medieval, lecionadas por ele, que o meu percurso ficou definitivamente traçado. Para quem foi seu aluno é difícil esquecer a forma como lecionava, o seu estilo inconfundível, a maneira como conseguia transformar temas aparentemente áridos em verdadeiras Lições, convocando conhecimentos de natureza muito diversificada, como só ele, com a sua vasta cultura, conseguia fazer. E, por vezes, as melhores aulas nem eram as que estavam programadas, mas aquelas onde, ao entrar na sala, dizia, perante uma plateia atônita: *“Hoje devia falar sobre o tema ... Mas não me apetece. Vou antes falar sobre...”*. E, na inspiração do momento, via-se o brilhante professor, o verdadeiro docente *universitário*, cujo saber não se circunscreve ao âmbito da sua especialidade. Aquele segundo ano letivo acabaria por mudar, de forma indelével, o curso da minha vida. Mas na altura eu ainda não o sabia.

## §

No início da década de oitenta, quando se tornava evidente a necessidade de uma maior especialização das licenciaturas, surgiram as variantes de Arte e de Arqueologia que estão na génese do DCTP.

Sem perder as disciplinas de enquadramento pertencentes ao curso de História, os planos de estudos refletiam a experiência acumulada e inovavam. Na variante de Arqueologia manteve-se a disciplina de Arqueologia Medieval, criada no âmbito da reforma da variante de História de Arte e Arqueologia, e permaneceram as Culturas Regionais Portuguesas, uma nova forma de glosar a Etnografia. Posteriormente veio a acrescentar-se a Arqueologia Moderna e Contemporânea, tudo disciplinas que nenhum outro curso universitário português então contemplava. Na variante da História da Arte a inclusão da Sociologia da Arte e das Teorias e Críticas da Arte contribuíram então para uma diversidade metodológica da área à qual se juntava a expansão dos conteúdos compreendendo toda a arte do século XX.

Estes currículos mais diversificados, coincidindo com a etapa em que vários docentes solicitaram dispensa para a preparação dos respetivos doutoramentos, criaram espaço para a abertura de concursos em que viríamos a ser recrutados. Este foi o início de uma outra experiência que não desmereceu o fundamental das lições anteriores: liberdade de crescimento, abertura a novos campos disciplinares e atualizadas metodologias e, sobretudo, autoridade sem imposição de poder, herança partilhada que recebemos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

Ainda assistentes estagiários, ensinamos disciplinas por inteiro, para as quais fazíamos o programa, definíamos a bibliografia, desenvolvíamos o método e realizávamos a avaliação, sem interferências que não as que nós próprios solicitávamos. Mesmo quando partilhávamos uma cadeira, os temas eram divididos, as aulas dadas por cada um e a classificação final ponderada, com assunção de responsabilidades, tudo no respeito intrínseco da pessoa e do papel do docente. A mesma atitude se estendeu à escolha dos temas para os nossos doutoramentos, onde sempre deu inteira liberdade,

contribuindo sempre para alargar a problematização e apenas impondo rigor e prazos na sua concretização.

Para além da componente letiva, era nas escavações e nas visitas de campo que melhor se aprendia. Monte Mozinho, Stº Estêvão da Facha, Castelo de Faria, ..., Baroña, Neixon, San Chuis, ..., são lugares de memória, marcos do nosso privilégio que tocou também alguns colegas galegos, como por várias vezes publicamente reconheceram, companheiros aqui, lá ou em deslocações a terras alheias. Foram repetidas semanas a escavar e a conviver, trabalho árduo que se prolongava gostosamente ao cair da tarde, em discussões sobre estratigrafias, materiais e interpretação histórica, seguidas noite dentro pelas mais variadas conversas.

Também as visitas de estudo e viagens tinham o sortilégio de saborear a paisagem, poder observar com vagar, poder discutir interpretações, aproveitar do saber caleidoscópico que nos surpreendia sempre com leituras originais.

#### §

Contando com um corpo de doutorados significativo e instalados nesta nova casa, foi ainda a capacidade agregadora e a independência de Carlos Alberto Ferreira de Almeida que respaldou a proposta de criação do departamento, contra ventos e marés. Mais uma vez se inovou, ao juntar às licenciaturas e mestrados de História da Arte e de Arqueologia (o primeiro do país) a pós-graduação em Museologia (a primeira existente nas universidades públicas, 1995) e a Ciência da Informação, que então se consolidou com a contratação de assistentes da especialidade, tendo como pilar José Marques.

Estava formalizada a proposta, de que ele foi o primeiro subscritor, íamos partir para um Verão de escavações e de férias, quando, de rompante, fomos surpreendidos pela notícia em que não queríamos acreditar.

O departamento seguiu o seu curso, incomparavelmente mais pobre, e nós continuamos a ler, a recordar e a transmitir o que nos ensinou.







FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO